



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

DANIELA GUEDES DOS SANTOS

**ESCREVIVENDO AGÊNCIAS, MEMÓRIAS, SABERES E APRENDIZAGENS:
SOBRE AS EXPERIÊNCIAS DO GRUPO DE
“TRABALHADORAS DO MORRO”**

PORTO ALEGRE

2020

DANIELA GUEDES DOS SANTOS

ESCREVIVENDO AGÊNCIAS, MEMÓRIAS, SABERES E APRENDIZAGENS: SOBRE
AS EXPERIÊNCIAS DO GRUPO DE “TRABALHADORAS DO MORRO”

Trabalho de Conclusão de Licenciatura
apresentado ao Curso de Graduação em
Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas da Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, como requisito parcial para
a obtenção do título de Licenciada em Ciências
Sociais.

Orientador: Vitor Pinheiro Grunvald

PORTO ALEGRE

2020

CIP - Catalogação na Publicação

Santos, Daniela Guedes dos
Escrevivendo agências, memórias, saberes e aprendizagens: sobre as experiências do grupo de "trabalhadoras do morro" / Daniela Guedes dos Santos.
-- 2020.
73 f.
Orientador: Vitor Pinheiro Grunvald.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Licenciatura em Ciências Sociais, Porto Alegre, BR-RS, 2020.

1. Memória. 2. Trabalho doméstico. 3. Agência. 4. Escrevivência. 5. Feminismo negro. I. Grunvald, Vitor Pinheiro, orient. II. Título.

DANIELA GUEDES DOS SANTOS

ESCREVIVENDO AGÊNCIAS, MEMÓRIAS, SABERES E APRENDIZAGENS: SOBRE AS EXPERIÊNCIAS DO GRUPO DE “TRABALHADORAS DO MORRO”.

Trabalho de Conclusão de Licenciatura apresentado ao Curso de Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Ciências Sociais.

Porto Alegre, _____ de _____ de 2020.

Resultado:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Vitor Pinheiro Grunvald (orientador)
Departamento de Antropologia
Programa de Pós Graduação em Antropologia Social – UFRGS

Prof. Dr. Handerson Joseph
Programa de Pós Graduação em Antropologia Social – UFRGS

Prof. Dr. José Carlos Gomes dos Anjos
Departamento de Sociologia
Programa de Pós Graduação em Sociologia – UFRGS

AGRADECIMENTOS

Eu não poderia iniciar o registro de agradecimentos a todas e todos que contribuíram com este trabalho sem me dirigir às mulheres que fizeram essa escrita-vivência acontecer. Ainda não encontrei uma maneira de transpor à escrita a gratidão que possuo por aquelas que tão cuidadosamente se dispuseram a compartilhar suas histórias de vida comigo para que eu pudesse desenvolver esta pesquisa.

Mãe, não lhe agradeço apenas por me guiar nesta jornada de pesquisa, mas por toda sua contribuição à minha formação nestes quatro anos de graduação. Desde quando fomos juntas ao Campus do Vale para realização da minha matrícula em 2016, foram manhãs, tardes e noites intensas de estudo. Neste percurso você sempre esteve ao meu lado, movendo o mundo se preciso, para que eu pudesse dar continuidade ao meu sonho. Durante os momentos de intensa angústia e incerteza, você mostrou-se, mais uma vez, como o porto-seguro no qual posso me abrigar sempre que alguma adversidade aparece. Você constituiu a base para os passos que trilhei, você é o fundamento da minha jornada. Sem você, nada disso seria possível.

Tia Diva obrigada pelo seu carinho, afeto e dedicação nos momentos de pesquisa que vivemos juntas. Obrigada por compartilhar suas histórias de vida em prol do desenvolvimento deste projeto. Não posso deixar de lhe agradecer pelo entusiasmo que você sempre demonstrou pelos meus estudos. Obrigada por ser esta pessoa incrível para a nossa família.

Rosa, obrigada pela dedicação, disponibilidade e atenção que você teve comigo ao longo do desenvolvimento da pesquisa. Obrigada por compartilhar seus pensamentos e histórias de vida comigo em prol do desenvolvimento deste projeto. Sua trajetória de vida é inspiradora, cresci muito ao seu lado.

Gostaria de agradecer às minhas queridas tias Rita Neiva Izaguirres e Ivaneri Guedes e minhas avós Terezinha Santos e Maria Ivaniza do Nascimento. Todas foram trabalhadoras domésticas em algum momento de suas vidas. Suas vivências também pulsam em mim e nesta escrita.

A todas estas mulheres eu dedico este trabalho.

Agradeço ao meu (des)orientador Vitor Grunvald por todos os momentos de grande aprendizado que vivi desde que nos conhecemos. Obrigada por todos os conselhos, ideias, explicações e ajudas ao longo da feitura da pesquisa. Tenho muito orgulho de ser sua orientanda.

Agradeço à minha irmã Tatiane por todo apoio e incentivo que conferiu a minha trajetória na universidade. Você é uma das inspirações que tenho na vida para continuar perseguindo meus objetivos.

Agradeço aos meus irmãos Thales e Alexandre por todo suporte e carinho nestes quatro anos. Agradeço aos meus sobrinhos, Lorenzo, Caroline, Bruno e Manuela por alegrarem nossas vidas. Agradeço às minhas cunhadas Gersa e Juliana pelos momentos de companheirismo e afeto. Agradeço, em especial, meu cunhado Osiel por todo apoio e suporte, mas também por nossas animadas conversas e debates que seguem aguçando meu senso crítico sobre o mundo.

Agradeço ao meu companheiro, Matheus, por todos os momentos de grande incentivo, ajuda e amor que foram essenciais para a continuidade do meu projeto.

Agradeço às minhas amigas Camila Ribeiro, Aline de Moura Rodrigues e Priscila Cruz por estarem ao meu lado durante tantos momentos importantes na universidade. Suas presenças foram fundamentais para meu processo de formação.

Agradeço ao Cauê Machado e a Maria do Carmo Aguilar por me ajudarem a delinear o início do projeto de pesquisa que culminou neste trabalho de conclusão.

Por fim, gostaria de agradecer ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, Indígenas e Africanos - NEAB/UFRGS por proporcionarem a estudantes como eu a oportunidade constituir seus projetos e anseios de pesquisa em consonância com suas origens e experiências.

RESUMO

No espaço de minhas longínquas memórias habitam recordações de minha mãe e minhas tias desprendendo-se de suas casas para trilhar um longo percurso pela cidade, em direção às residências das patroas e dos patrões. O trabalho doméstico, enquanto ofício profissional, significou nossas realidades ao mesmo tempo que nos relegou um determinado ponto de vista sobre o mundo. Em meados dos anos 2010, ao passo que minha mãe ingressara em um novo emprego, conheci um grupo de trabalhadoras domésticas que impregnou nossas vidas e lançou renovada luz ao cotidiano laboral ao qual estivemos entrelaçadas por tanto tempo. Tais mulheres exerceram e/ou exercem suas profissões em um mesmo bairro na zona sul da cidade de Porto Alegre - RS. Esta monografia é uma escrita-vivência das faces que constituem e operam estas relações. Penso, desde minhas experiências, sobre o cotidiano de interação destas mulheres, bem como suas histórias de vida, com foco em ações, estratégias, saberes e deslocamentos que podem ser pensados enquanto práticas agentivas que tencionam a subalternização destes corpos ligados à força física de trabalho. Para tanto, retomo algumas discussões conceituais sobre trabalho doméstico em seus atravessamentos com gênero e raça. Tais práticas, movidas a partir de deslocamentos tanto físicos quanto simbólicos, colocam em circulação uma gama de saberes que conformam espaços de construção de aprendizagens. Experiências pessoais que implicam experiências comuns às mulheres negras enquanto coletividade são a matéria prima desta escrita, que se produz a partir de um corpo/lugar que borra, ao mesmo tempo que habita, determinadas fronteiras.

Palavras chave: Memória. Trabalho doméstico. Agência. Escrivência. Feminismo negro.

ABSTRACT

In my faraway memories there are some flashbacks of my mother and my aunts walking a long journey through the city, going from their homes to the homes of their bosses and employers. Domestic work, as a professional job, became our realities while relegated us to a certain point of view about the world. In the mid-2010s, while my mother had started a new job, I met a group of domestic workers who entered in our lives and shed new light on the daily work to which we have been intertwined for so long. Such women exercised and/or exercise their professions in the same neighborhood in the south of the city of Porto Alegre - RS. This monograph is a writing-experience of the faces that constitute and operate these relationships. From my experiences about the daily interaction of these women, as well as their life stories, I focus on actions, strategies, knowledge and dislocations that can be thought as active practices that intend to subordinate these bodies linked to the physical work force. Therefore, I return to some conceptual discussions about domestic work in its crossings with gender and race. Such practices, driven by both physical and symbolic displacements, put into circulation a range of knowledge that shapes spaces for the construction of learning. Personal experiences that imply experiences common to black women as a collective are the soul of this writing that is produced from a body/place that blurs, at the same time that it inhabits certain borders.

Keywords: Memory. Domestic work. Agency. *Escrevivência* (“Write-living”). Black feminism.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	CONSTRUINDO PESQUISA/ESCREVIVENDO MUNDOS	12
2.1	SOBRE ESCREVIVÊNCIAS	13
2.2	O COTIDIANO DE INTERAÇÃO DAS TRABALHADORAS DO MORRO	16
3	MEMÓRIAS DO TRABALHO DOMÉSTICO	25
3.1	“PELA VIDA DAS NOSSAS MÃES”: CONTEXTO PANDÊMICO E TRABALHO DOMÉSTICO	25
3.2	A RACIALIZAÇÃO DO DOMÉSTICO: CORPO, GÊNERO, RAÇA E TRABALHO	30
3.3	DE FILHA A EMPREGADA: DE VOLTA À CENA COLONIAL	38
3.4	TRAUMAS E MEMÓRIAS DO TRABALHO DOMÉSTICO	41
4	AGÊNCIA E APRENDIZAGEM: AS EXPERIÊNCIAS DAS TRABALHADORAS DO MORRO SÃO CAETANO	45
4.1	SOBRE PRÁTICAS DE AGÊNCIA	45
4.2	CONSTRUINDO APRENDIZAGENS	51
4.3	DESLOCAMENTOS, TRÂNSITOS E FRONTEIRAS	54
4.4	ESCRE(VIVENDO) A PAISAGEM DO MORRO SÃO CAETANO	58
5	NOTAS FINAIS: A EXPERIÊNCIA VIVIDA COMO CRITÉRIO DE SIGNIFICADO	63
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	69

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho versa sobre a experiência de interação de um grupo de trabalhadoras domésticas¹ que exerceram e/ou exercem seu ofício profissional em um mesmo bairro na zona sul da cidade de Porto Alegre - RS. O ponto de partida dos cruzamentos destas trajetórias únicas que resguardam vivências em comum está relacionado a um problema de mobilidade urbana existente no local.

Este espaço da cidade contém características bastante singulares. Uma das principais diz respeito à circulação de transporte público. É praticamente inexistente o trânsito de linhas regulares de ônibus pelo bairro, há apenas uma linha de transporte público chamada 20.1 - Medianeira que pertence à Associação dos Transportadores de Passageiros por Lotação de Porto Alegre (ATL).

Esta linha servia e ainda serve, basicamente, para atender a demanda de mobilidade das trabalhadoras domésticas que acabavam se encontrando no exercício de deslocamento de casa para o trabalho e do trabalho para casa. Algumas possuíam o mesmo horário de expediente, o que acarretou na formação de um cotidiano compartilhado, marcado pela formação de laços duradouros que se configuraram em uma rede de sociabilidade no seio das rotinas – às vezes, infelizes – de trabalho.

O dia a dia da faxina, as reclamações com patrões, a reivindicação de direitos, a precariedade e desvalorização do trabalho, o cansaço, a saúde da família e os problemas com filhos são algumas das questões que incidem sobre a formação do vínculo entre as empregadas. São sujeitas que dão continuidade ao empreendimento secular de constituição de comunidades que servem como aparato de suporte e apoio ante as adversidades inerentes à vida de mulheres pretas e pobres.

¹ Utiliza-se a categoria “trabalho doméstico” ao longo do texto para designar uma prática remunerada de serviço diferente daquele realizado no âmbito familiar de maneira pessoal sem fins lucrativos. Segundo o Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística (IBGE), trabalho doméstico como categoria ocupacional é o serviço exercido pelas pessoas de forma remunerada, em dinheiro ou benefícios, em uma ou mais unidades domiciliares. Essa categoria engloba as trabalhadoras domésticas mensalistas, diaristas, babás, cuidadoras, motoristas, jardineiros ou quaisquer outros profissionais contratados para cuidar de forma contínua dos domicílios de seus contratantes e de suas famílias. Este estudo é sobre o grupo que predominantemente compõem essa categoria profissional: as trabalhadoras mensalistas e/ou diaristas que realizam serviço doméstico na casa de terceiros. Desta forma, utilizo sempre a expressão “trabalhadoras” no feminino e não “trabalhadores domésticos”.

São laços que se formam marcados pelo enfrentamento diário à invisibilidade e alianças forjadas pela dororidade.² O elo é constituído em momentos de identificação que envolvem aspectos de uma existência em comum compartilhada.

Inicialmente, meu vínculo com as trabalhadoras foi forjado a partir um lugar diferente daquele que, normalmente, estabelecemos com nossos interlocutores de pesquisa. Vivenciei o campo antes que ele estivesse metodologicamente delineado, me entrelacei nas interações antes que elas fossem materiais de pesquisa, pensei sobre os pensamentos que hoje quero analisar antes que eles fossem, propriamente, fontes de reflexão. Sou filha de uma das integrantes do grupo de trabalhadoras domésticas³ e convivo com as interlocutoras desta pesquisa desde meados de 2010, há exatos seis anos anteriores à minha entrada na academia.

Essa escrita se desenvolve a partir das vivências destas mulheres, bem como das experiências que vivi com elas. Proponho uma reflexão que compreende esta rede de amizade como um espaço que proporciona construções de aprendizagens. Busco analisar a maneira como o grupo produz ações, pensamentos, estratégias e deslocamentos que podem ser pensados como práticas de agência que tensionam a subalternização destes corpos ligados à força física de trabalho.

A principal questão de pesquisa, conforme aludi acima, relaciona-se com a dimensão produtiva das interações das trabalhadoras domésticas. Com foco nas práticas agentivas das sujeitas, busco pensar a maneira como as interações do grupo produzem processos de aprendizagens a partir da circulação de saberes do cotidiano.

Para a construção dos dados que compõem a narrativa desta escrevivência foram realizadas entrevistas individuais com foco em histórias de vida, entrevistas coletivas e saídas de campo nas quais percorri o Morro São Caetano com as mulheres que constituem minha interlocução. Além disto, desenvolvi um diário de campo específico para os registros das minhas memórias, experiências e eventuais conversas informais que realizei com minha mãe sobre o grupo. A escrita foi, efetivamente, um dos principais caminhos de feitura deste estudo qualitativo que tem foco nos agenciamentos e práticas concretas dos indivíduos na vida social.

² Conceito desenvolvido por Vilma Piedade (2019) com vistas a problematizar a noção hegemônica de “sororidade”, postulada por perspectivas feministas. A dororidade é um movimento de cumplicidade entre mulheres negras que eclode em face à dor e às violências enfrentadas por este grupo.

³ Optou-se por utilizar o termo “trabalhadora doméstica” como referência a ocupação profissional e atividade laboral e não “empregada doméstica”. Ao longo dos estudos bibliográficos sobre o tema, constatou-se que esta é a categoria utilizada por trabalhadoras domésticas que atuam em esferas institucionais em busca de direitos para a categoria. O termo “trabalhadora”, diferente de “empregada”, reifica a dimensão profissional deste tipo de ocupação que tem implicações para a organização social do trabalho (MORI *et al.*, 2011). O termo “empregada” aparece ao longo trabalho apenas a partir das falas das interlocutoras, como expressão êmica.

No capítulo intitulado “Construindo pesquisas/escrevivendo mundos”, realizo uma discussão sobre as concepções teórico-metodológicas que fundamentam minha abordagem. Construo uma caracterização do cotidiano de trânsito das trabalhadoras do Morro, com ênfase nos processos de conformação da rede de amizade, seja ela nos momentos lúdicos da lotação ou nos momentos mais difíceis, em conversas que envolvem problemas pessoais.

O capítulo posterior, chamado “Memórias do trabalho doméstico”, consiste em uma reflexão sobre os modos de operacionalização do trabalho doméstico contemporâneo. Para tanto, retomo alguns episódios recentes de discriminação contra trabalhadoras domésticas ocasionados pela pandemia de COVID-19, bem como excertos de histórias de vida das minhas interlocutoras. A partir destes materiais e de algumas discussões conceituais sobre o tema, destaco como é possível pensar o trabalho doméstico enquanto uma ocupação que reatualiza as memórias de *plantation* tal como definidas por Grada Kilomba (2019).

O capítulo chamado “Agência e aprendizagem: as experiências das trabalhadoras do Morro São Caetano”, trata das experiências do cotidiano interativo das trabalhadoras domésticas. Faço uma análise e descrição de alguns aspectos que compõem as maneiras como as mulheres constroem aprendizagens entre si. Retomo episódios de vida de Rosa, uma das interlocutoras da pesquisa, cujas narrativas me ensejaram a pensar sobre determinadas ideias contidas no capítulo, sobretudo em relação às definições de agência e aprendizagem. Além disto, reflito sobre um dos episódios que vivi em campo com minha mãe para pensar sobre os modos de construção e circulação de saberes das mulheres negras no cotidiano.

As notas finais do trabalho são considerações mais detidas sobre estas especificidades que marcam um tipo especializado de conhecimento forjado sob o ponto de vista das mulheres negras. As preposições desta parte são, em sua maioria, inspiradas na obra *Pensamento Feminista Negro* de Patrícia Hill Collins (2019a).

2 CONSTRUINDO PESQUISA/ESCREVIVENDO MUNDOS

A jornada de produção deste trabalho desencadeou uma série de reflexões teórico-metodológicas a respeito das condições de desenvolvimento do estudo. Algumas delas estavam relacionadas a significativa proximidade e facilidade que obtive, ao longo do tempo, para acessar as experiências que se constituíram como matéria prima das reflexões desenvolvidas.

Foram vários os momentos em que as interações de minha mãe em casa com suas amigas, seja por telefone ou pelas redes sociais, apareciam como dados importantes que ofereciam *insights* relevantes para a pesquisa. Estes momentos foram responsáveis pela desarticulação de fronteiras que pudessem expressar o movimento de “ida” e “volta”, ou o estabelecimento de um marco temporal em relação ao trabalho de campo.

Certamente, meu vínculo com as interlocutoras de pesquisa é mediado pela figura da minha mãe em, pelo menos, dois sentidos. Primeiro, a convivência com as trabalhadoras domésticas foi desencadeada por conta dela. Eu não poderia conceber a existência de tais relações se não fosse pela sua atuação profissional no Morro São Caetano por alguns anos. Segundo, assim que delimiti as questões de interesse para a pesquisa, desenvolvemos ações em conjunto que viabilizaram a feitura do trabalho.

A organização da maioria das entrevistas e das saídas até o Morro São Caetano foram pensadas a partir de uma parceria entre nós duas. A sensibilidade em relação à pertinência de entrar em contato com as interlocutoras em diversos momentos, o conhecimento sobre especificidades da vida de cada uma e os saberes sobre o território do Morro foram peças chaves para os desdobramentos do estudo, tendo significativas contribuições de minha mãe. Sua própria biografia, em certas circunstâncias, foi o elo de conexão entre a teoria e a empiria, ao passo que uma série de conhecimentos a respeito da sua realidade enquanto trabalhadora doméstica compuseram o leque de reflexões aqui contidas.

Situações cotidianas de interação destas mulheres pelas redes sociais, relatos de saída de campo, conversas informais, memórias minhas e delas; recortes jornalísticos; narrativas de histórias de vida, compõem a diversidade de materialidades que constituíram a realização deste estudo.

Como dar sentido a esse fluxo de intensidades que conformam o fenômeno analisado em um *corpus* textualmente circunscrito? Como estabelecer coerência às peculiaridades do processo de produção científica que transbordam as divisas entre as posições de sujeito e objeto, historicamente constituídas no campo das ciências humanas? A essa altura, algumas das

práticas de pesquisa com reminiscências positivistas apreendidas ao longo da graduação pareciam antiquadas.

2.1 SOBRE ESCREVIVÊNCIAS

Ao me deparar com o conceito de escrevivência, concebido por Conceição Evaristo⁴ (2006), me vi diante de um guia para o desenvolvimento da narrativa que gostaria de estabelecer neste trabalho.

Como esboço de uma definição, é possível compreender a escrevivência, parafraseando Evaristo (2007, p. 20), como a escrita-vivência de um corpo, de uma condição, de uma experiência negra no Brasil. Recorro à noção como recurso textual, mas também como uma metáfora para a produção de um tipo especializado de conhecimento (COLLINS, 2019b) que detém algumas características metodológicas que levam em consideração as interrogações destacadas acima.

“Becos da Memória”, romance escrito entre a década de 1970 e 1980, que fora publicado apenas em 2006, pode ser percebido como um caso exemplar dos modos de escrita-vivência de Conceição Evaristo⁵. Em tom memorialístico, o livro discorre sobre o drama vivido por moradores de uma favela que estão prestes a ser removidos do seu território. A narrativa é embalada pela fala de Maria-Nova, menina de treze anos que se torna uma porta voz dos sentimentos das vidas que estão sob despejo. Não só em “Becos”, mas também em outras narrativas, elementos de ficção, memórias, fatos históricos e mitologias das religiosidades de matriz africana demarcam o caráter híbrido de constituição da escrevivência de Conceição Evaristo.

Um dos aspectos mais interessantes da configuração desta espécie de montagem está nos chamados rastros (auto)biográficos (OLIVEIRA, 2009) do sujeito autoral na composição da narrativa. Conceição utiliza suas memórias de vida para composição das personagens e dos enredos de sua obra. Ao olharmos para sua biografia, percebemos o quanto a história da personagem Maria-Nova possui estreitas semelhanças com os cenários de infância da autora. Assim, evidencia-se a existência de uma escrita de si em funcionamento na composição da

⁴ Maria da Conceição Evaristo é uma escritora brasileira, nascida em Belo Horizonte, mestre em Literatura Brasileira pela PUC-RJ e Doutora em Literatura Comparada na Universidade Federal Fluminense. As obras de Conceição vieram a público a partir da publicação de seus contos e poemas na Série Cadernos Negros da Escritora Versátil. Tardiamente reconhecida pelos seus pares, Conceição é uma das maiores escritoras da literatura brasileira.

⁵ Escritos de Oliveira (2009); Maringolo (2014) e Costa (2014) discutem estratégias e recursos literários acionados pela autora para a caracterização de suas obras com foco nas noções de experiência, memória e identidade.

escrevivência. A noção resguarda um movimento duplo de reflexão quando mobiliza narrativas sobre histórias singulares que refletem a condição de uma coletividade mais ampla e vice-versa.

Pouco a pouco, surgem produções que recorrem as possibilidades que o conceito elaborado por Conceição nos coloca. Meu trabalho se localiza na esteira deste processo movido por autoras negras que articulam a escrevivência, especialmente, para pensar novos arranjos de conhecimento.⁶ Lissandra Soares, na dissertação intitulada: “Escrevivências sobre mulheres negras acompanhadas pela proteção social básica – uma perspectiva interseccional” (2017) destaca a importância da noção como ferramenta metodológica.

A aposta no uso da noção de escrevivência [...] tem um motivo que merece destaque entre os já elencados. Ela se presta a uma subversão da produção de conhecimento, pois, além de introduzir uma fissura de caráter eminentemente artístico na escrita científica, apresenta-se por meio da entoação de vozes de mulheres subalternas, na qual se soma a minha própria voz, que não está localizada na mesma posição que a das mulheres usuárias, mas que também é de uma mulher negra em um meio acadêmico elitizado. (SOARES, 2017, p. 70).

Não à toa, obras de mulheres negras passaram a reivindicar o conceito no manuseio de suas produções. O caráter sedutor da ideia não nos interpela somente pela identificação com a imagem da autora – Conceição Evaristo é uma mulher negra favelada –, mas pela sua relação de imanência com a experiência vivida de muitas mulheres negras. A prática de escrever constitui sujeitas de conhecimento que acionam, estrategicamente, a articulação de determinados marcadores sociais que produzem diferença e realidade, objetivando o desenvolvimento de conhecimento sobre e a partir de suas experiências. Em outras palavras: assim como realiza Conceição em suas obras, a produção acadêmica destas mulheres é constituída por rastros (auto) biográficos cuja experiência pessoal serve como motor para o desenvolvimento de reflexões.

Esse não é um movimento novo. A experiência vem sendo, há algumas décadas, um campo de exploração do pensamento de mulheres.⁷ Muitos estudos foram empregados em direção ao ato de tornar visível a experiência de grupos historicamente subalternizados. Alguns trabalhos recorrem à experiência com finalidade de confiar legitimidade à fala de quem enuncia,

⁶ Além do trabalho de Lissandra Soares (2017), a dissertação de mestrado de Amanda C. Ferreira (2013), parte da categoria de escrevivência para pensar nas escritas-vivências afrofemininas que resguardam uma memória afro-brasileira, historicamente invisibilizada nos registros oficiais. Há outras publicações em anais de congressos e periódicos científicos difundindo o conceito de Evaristo na área das humanidades, sobretudo no campo da literatura. Destacam-se as publicações de Barossi (2017), Bispo e Lopes (2018), Silva (2015), Victorino (2015), Oliveira (2017), Godoy e Melo (2017) e a tese de doutorado de Rosângela Araújo (2012).

⁷ Na obra “Las voces de la experiencia: el viraje de la filosofía feminista”, Ana María Brach (2010) realiza uma cartografia dos modos como a crítica feminista empregou o conceito de experiência em suas diversas facetas.

mas ela também aparece em tentativas de valorização do “pensar contextual e narrativo no lugar do formal e abstrato” (FURLIN, 2012, p. 955).

Percebo a experiência como uma das matérias primas do ato de escrever. Compreendo o sentido dessa noção como um processo de significação que é a condição mesma para construção daquilo que entendemos por “realidade” (BRAH, 2006). As realidades versadas nas prosas de Conceição e de outras intelectuais negras reverberam a criação de novos significados de mundo. Neste sentido, em diálogo com Grada Kilomba (2019), penso como a escritvivência guarda um espaço de nomeação que é eminentemente performativo.

Radicaliza-se este princípio quando a escrita é produzida desde a subalternidade. Há interesses éticos e políticos na oferta de novas inteligibilidades de mundo quanto ao que é visto, percebido e sentido sobre determinados corpos racializados. No jogo de entendimento e estudo da própria condição subalterna cria-se a possibilidade de devir como um novo sujeito contrastante às amarras colonialistas. Conceição Evaristo (2007) nomeia a escrita oriunda da ser-mulher-negra como um ato de insubordinação:

o que levaria determinadas mulheres, nascidas e criadas em ambientes não letrados, e quando muito, semi-alfabetizados, a romperem com a passividade da leitura e buscarem o movimento da escrita? Tento responder. Talvez, estas mulheres (como eu) tenham percebido que se o ato de ler oferece a apreensão do mundo, o de escrever ultrapassa os limites de uma percepção da vida. Escrever pressupõe um dinamismo próprio do sujeito da escrita, proporcionando-lhe a sua auto-inscrição no interior do mundo. E, em se tratando de um ato empreendido por mulheres negras, que historicamente transitam por espaços culturais diferenciados dos lugares ocupados pela cultura das elites, escrever adquire um sentido de insubordinação. Insubordinação que pode se evidenciar, muitas vezes, desde uma escrita que fere “as normas cultas” da língua, caso exemplar o de Carolina Maria de Jesus, como também pela escolha da matéria narrada. (EVARISTO, 2007, p. 20-21)

A memória é um ingrediente central do conjunto de características que compõem a escritvivência. As pungentes lembranças, assim como os esquecimentos, são como produtos brutos que, por meio de lapidações e manejos, ganham forma na escrita. A memória opera enquanto personagem no enredo das obras, mas também é constitutiva das mesmas. O passado, reencarnado no presente, faz parte dos escritos de Conceição que versam sobre as vulnerabilidades do cotidiano e das formas de re(existência) a estas violências.

Por fim, é indispensável destacar que uma das dimensões fundamentais contidas na tessitura da escritvivência, conforme destaca Oliveira (2009), é uma condição de vida compartilhada entre autor-personagem e, eventualmente, leitor, que aponta para processos complexos de identificação. Deste modo, a escritvivência informa a produção de um tipo singular de conhecimento situado (COLLINS, 2019a). Ela é uma narrativa corporificada que se

desenrola através dos processos de identificação entre sujeito pesquisado e sujeito pesquisador, instaurando a possibilidade de operar reflexões a partir de um lugar que borra determinados dualismos contidos na ortodoxia das Ciências Sociais, entre eles a clássica distinção entre Eu (pesquisador) e Outro (objeto).⁸ A partir deste contexto de pesquisa, as ideias de distanciamento e estranhamento enquanto preposições necessárias para o desenvolvimento do estudo entraram em irrupção. As implicações disso se referem ao desenvolvimento de uma narrativa que visa não reificar tais distinções fundamentadas em configurações hierárquicas de poder.⁹

2.2 O COTIDIANO DE INTERAÇÃO DAS TRABALHADORAS DO MORRO

Um agrupamento de mulheres, mas também de experiências, memórias e histórias de vida, conformou uma malha de relações e afetos que serão fontes de reflexão deste estudo. Os percursos corriqueiros da vida, tais como o deslocamento ao ambiente de trabalho para o exercício laboral, ganham sentidos específicos diante das experiências destas trabalhadoras domésticas. Nas linhas que seguem, apresento alguns pontos importantes que configuram tais relações.

Inicialmente, gostaria de caracterizar certos aspectos importantes do bairro que se constituiu como o principal plano de fundo dessa trama. O Morro São Caetano é um bairro de classe média alta da cidade de Porto Alegre localizado na região do Morro da Pamecor. Situa-se ao lado do Morro dos Alpes, bairro cuja maioria dos residentes são de classes populares. O Alpes também comporta a existência de uma área quilombola demarcada em 2018.

Com uma pequena densidade populacional, o Morro São Caetano está inserido em uma zona perto da região central da cidade. Entretanto, a caracterização da sua paisagem remete a um lugar afastado da região central da metrópole: calma, poucos habitantes percorrendo as ruas, muita área verde, poucos prédios e muitas casas.

De acordo com os relatos das minhas interlocutoras, a grande maioria dos moradores que migraram para o local privilegiaram essas características no intuito de residir em um espaço

⁸ Além das ideias de Patrícia Hill Collins (2019a), as noções de conhecimento situado/corporificado e perspectiva parcial mobilizadas correspondem às discussões realizadas por Donna Haraway (2009) a respeito das críticas feministas às ideias de conhecimento imparcial e objetivo.

⁹ Abu-Lughod (2018) reflete sobre a construção/desconstrução dos lugares entre Eu e Outro nas produções antropológicas contemporâneas e postula a necessidade do desenvolvimento de uma escrita que produza uma descolonização textual, ao mesmo tempo que desestabilize a configuração de poder a nível global na qual antropologia está inserida. É neste sentido que a autora propõe uma escrita contra a cultura, ao perceber que esta clássica noção da disciplina produz, ao mesmo tempo que reifica, fronteiras e distinções entre sujeito pesquisado e sujeito pesquisador.

da cidade menos movimentado e mais seguro. A questão do transporte público está diretamente ligada a esses fatores. Não há reivindicações por parte dos moradores para que a prefeitura destine uma linha de ônibus para o bairro. A maioria das pessoas que residem no local possuem transporte privado, portanto, não demandam a utilização do transporte coletivo. Tal cenário configura a produção de um espaço público limitado tendo em vista que sem uma linha de ônibus, as pessoas circulam menos pela região.

A limitação de mobilidade tem relação com um determinado tipo de construção territorial fundamentado por uma distinção de classe, como trabalhado por Caldeira (1997) a partir de estudos sobre condomínios de luxo. A criação de barreiras físicas, onde se localizam arquiteturas com robustos suportes de segurança, muros altos, áreas internas de lazer indicam um *modus operandi* próprio da relação das classes médias-altas com o lugar de moradia. A privatização do espaço se torna um valor que desencadeia uma rejeição aos modelos de convivência em espaços compartilhados. Tais padrões reatualizam-se nos grandes centros urbanos com dinâmicas e características próprias.

Um caso emblemático foram as discussões em torno da abertura da estação de metrô Higienópolis-Mackenzie na cidade de São Paulo em 2010. Alguns moradores do bairro Higienópolis, área nobre da cidade paulistana, manifestaram-se contra a construção da estação. Segundo reportagem da revista *Veja*, na época, uma moradora da região declarou que o metrô, enquanto meio público de transporte, costumava atrair “drogados, mendigos e uma gente diferenciada” (CAITANO, 2011). A vizinhança do local organizou, inclusive, um abaixo-assinado que coletou cerca de 3.500 assinaturas reivindicando o remanejamento da estação para outro ponto da cidade. Nesse episódio, fica evidente a tentativa de manutenção de uma ordem urbanística socialmente homogênea a partir do constrangimento à circulação de pessoas. Trata-se, ainda, de um movimento que revela a dimensão gentrificadora dos processos de segregação, se levarmos em consideração quais são os corpos “diferenciados” impedidos de habitar esses locais.

Ainda que, de forma explícita, os moradores do Morro São Caetano não tenham realizado nenhuma reivindicação pública em prol da restrição de circulação de ônibus pelo bairro, neste contexto também é visível a existência de um padrão de segregação socioespacial desencadeado pela produção de espaços privatizados. (CALDEIRA, 1997).

Ao longo dos anos 2010, período que consegui resgatar através da pesquisa, as trabalhadoras domésticas possuíam marcantes limitações de escolha em relação aos meios de transporte para chegar ao trabalho. Tal situação, que se repete até os dias de hoje, possibilitou

diversos encontros entre as mulheres durante os poucos horários de circulação da linha de lotação. Independente do bairro de residência de cada trabalhadora, os meios para ingressar no Morro São Caetano eram sempre os mesmos: a utilização da lotação Medianeira ou ir a pé. Desta forma, a possibilidade de instauração de vínculos era propiciada pela rotina laboral.

O principal local de desenvolvimento das conexões entre as trabalhadoras era o próprio espaço da lotação, movente por excelência. Nele, desde o primeiro horário às oito horas da manhã, a cada parada e introdução de uma nova passageira, ingressavam junto histórias, marcas, memórias e trajetórias de vida. As interações conformavam-se mediante os processos de identificação que uma trabalhadora estabelecia com a outra. Desencadeado pelo compartilhamento de um ofício em comum, os momentos de reconhecimento eram estimulados pelo clima mais íntimo presente neste tipo de transporte público que, em sua configuração porto-alegrense, possuiu a particularidade de permitir uma capacidade menor de passageiros além de conter assentos mais próximos uns dos outros.

Com passar do tempo, a lotação Medianeira tornou-se, praticamente, veículo exclusivo das trabalhadoras que se dirigiam ao Morro São Caetano. Uma diversidade de mulheres que compartilhavam um elo de existência em comum: suas profissões. Tomando essa experiência de convivência como objeto de análise, busquei compreender o que, concretamente, ocorria neste espaço interativo por meio das narrativas das domésticas que constituíram minha interlocução.

Os discursos eram sempre carregados de adjetivos que qualificam essas experiências como algo da ordem da ludicidade. *Festa, farrá e fervo* foram expressões muito utilizadas por minhas interlocutoras para se referir a esses momentos de sociabilidade e de constituição de laços afetivos. Mas tais palavras não eram meros eufemismos. De fato, comemorações aconteciam dentro da lotação. Um dos relatos que recebi descreviam a forma como festas de aniversário eram organizadas no transporte coletivo: *Nós dizíamos para o motorista não correr muito porque a gente precisava cortar o bolo e servir os salgados e refrigerante.*¹⁰

As conversas bem-humoradas e barulhentas tomavam conta do espaço e contagiavam mesmo aquelas que não estavam inseridas no *fervo*. Algumas mulheres, sobretudo as recém-chegadas, se mostravam resistentes ao ingresso nas dinâmicas de interação com o grupo na

¹⁰ A tessitura deste trabalho é composta por intervenções e falas das trabalhadoras domésticas, principalmente, nos momentos de exposições menos teóricas e mais empíricas/etnográficas. Todas as falas ou expressões, destacadas em itálico, são oriundas de entrevistas e saídas de campo que realizei com as principais interlocutoras da pesquisa: Tia Diva, Rosa e minha mãe. Suas histórias e trajetórias de vida serão refletidas ao longo do trabalho. Os nomes originais das interlocutoras foram preservados e as nomenclaturas que aparecem em suas referências foram decididas de forma coletiva.

lotação, *mas tudo era uma questão de tempo*. Assim, pouco a pouco, o clima de divertimento estendia-se durante o trajeto de ida ao trabalho.

Este processo de deslocamento não era um espaço vazio no dia dessas mulheres. Não se tratava de um simples local de passagem, tampouco um singelo momento de conexão de um ponto da cidade ao outro, mas sim um acontecimento produtivo e significativo dos seus dias.

Ao postular o caráter produtivo e significativo dessa interação em espaços considerados como ambientes de passagem, é possível problematizar perspectivas da antropologia urbana como as de Marc Augé (1994) em relação à ideia de não-lugar. Augé produz reflexões sobre este conceito desde início da década de 1990. Suas obras estão inseridas em debates clássicos da disciplina sobre o exercício antropológico nas chamadas “sociedades complexas”.

Ao voltar-se para os ambientes nativos dos antropólogos, a disciplina deixou de limitar-se ao estudo de povos e comunidades distantes em termos territoriais e culturais. Tal movimento caracterizou o advento de uma “antropologia do próximo” na supermodernidade (AUGÉ, 1994). Essas modificações lançaram renovados desafios para as concepções metodológicas sobre o fazer-antropológico, mas também incidiram sobre debates acerca dos objetos de estudo da disciplina. Assim, o autor advoga que o objeto do fazer-etnográfico são os “lugares antropológicos”. Diferente dos “não-lugares”, estes últimos são históricos, relacionais, fomentadores de relações interpessoais e constitutivos de identidade. Em contrapartida, os não-lugares são aqueles permeados por pessoas em trânsito, são espaços de ninguém, não geradores de identidade. Aeroportos, estradas, salas de espera são, por excelência, não-lugares.

Um ônibus, ou qualquer outro transporte público, facilmente poderia ser descrito enquanto um não-lugar. Seriam, portanto, espaços moventes despidos “de princípio de sentido para aqueles que os habitam e princípio de inteligibilidade para quem os observa”. (AUGÉ, 1994, p. 51). As questões que emergem a partir das discussões que realizo sobre meu campo de estudos vão de encontro às conceitualizações promovidas por Augé sobre os lugares de passagem. A lotação, com a qual as trabalhadoras domésticas se deslocavam diariamente, era um espaço eminentemente criativo. Do ponto de vista das relações interpessoais, criaram-se conexões que perduraram para além daquele ambiente. Em relação a dimensão intrapessoal, impactos subjetivos foram gerados na vida das trabalhadoras. Ademais, emoções, tais como a alegria, vinham à tona para afirmar o caráter criador dos momentos de deslocamento das regiões centrais da cidade até o Morro São Caetano.

Um fator fundamental das interações nos momentos coletivos na lotação diz respeito às questões relacionadas a estética e ao consumo. As vestimentas das mulheres que frequentavam

a lotação sempre apareciam nas conversas que tive com as trabalhadoras. Essa peculiaridade tornou-se um ponto importante das maneiras de caracterização do grupo, porque produz rupturas com alguns estereótipos comumente atribuídos à imagem das trabalhadoras domésticas enquanto pessoas que se encontram sempre em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Era muito divertido, tinha festas e festas na lotação. Quando eu iniciei, era aquele monte de mulher que parecia assim que elas iam para um escritório. Era um desfile de moda. Então tinha a Débora. Era alta e magra, ia de casacaõ longo trabalhar, tinha bege, cinza. Aí quando eu ia me arrumar para pegar a lotação de manhã, eu dizia “não essa roupa eu botei ontem, agora vou colocar outra” porque eu não podia repetir, as mulheres faziam aquilo um desfile de moda na lotação. Eu passava por uma loja e pensava “vou comprar um prato para casa”, mas daí eu já pensava “não, vou comprar uma blusa porque tem a lotação”. E daí tu tinha que entrar no ritmo. (Tia Diva).

[...] Aí um dia eu estou na praça, lá em cima no Morro e vejo aquele monte de mulher. Daí eu assim... no começo tu me olha e pensa "que nega insuportável". Guria, quando eu pegava a lotação e olhava aquilo lá cheio de mulher. Cheguei em casa e disse para o meu marido “amor, tu nem sabe! É a lotação das *empreguetes!*”. [...] Era uma festa aquela lotação, a gente fazia um monte de coisa sabe? (Rosa).

O *desfile de moda* que ocorria no seio da lotação indicava como cuidados com vestuário, sapatos, perfumes, maquiagem e cabelos eram coisas que faziam parte da rotina dessas mulheres visando os momentos em grupo. O visual das trabalhadoras era uma característica central desse espaço interativo que não deixava de ser permeado por signos de distinção social, já que *estar bem arrumada*, significava se associar a uma certa imagem que promovia conexão com o grupo.

Não por coincidência, uma das interlocutoras da pesquisa apelidou o grupo de trabalhadoras de *empreguetes*, nome do grupo musical fictício de trabalhadoras domésticas da novela “Cheias de Charme”, produzida pela Rede Globo de TV em 2012. A figura das *empreguetes* da telenovela era bastante distinta dos modos como historicamente as trabalhadoras domésticas foram representadas na teledramaturgia brasileira. Longe dos estereótipos mediados por imaginários patriarcais e colonialistas, as personagens da novela eram moças jovens, com elevada autoestima e histórias de vida diversas que não se resumiam ao serviço doméstico.

Alguns estudos, em especial a dissertação de mestrado de Renata Macedo (2013), intitulada “Espelho mágico: empregadas domésticas, consumo e mídia”, apontam como, a partir de um período de desenvolvimento econômico e de redução do quadro de desigualdade social, o país se deparou com a emergência de uma nova classe social chamada “classe C”. As trabalhadoras domésticas, enquanto profissão ocupada majoritariamente por mulheres negras e pobres, estariam inseridas nesse pequeno processo de modificação da condição social e

econômica desses grupos. A autora defende que as trabalhadoras domésticas passaram da imagem de “trabalhadora pobre” para “consumidora da classe C”. Essa nova representação da doméstica *empreguete* estaria diretamente associada a essa mudança dos padrões de consumo material e cultural.

Durante a dissertação, a autora argumenta que a expansão desta “nova classe social”¹¹ é reflexo do cenário de ampliação da mobilidade social do Brasil que se inicia com advento do Plano Real em 1994 e percorre os anos 2000, especialmente nos governos Lula (2003-2011). Alguns dos aspectos socioeconômicos que possibilitaram o desenvolvimento do aumento de poder de consumo da população foram as políticas de redução da miséria, a ativação do mercado interno, a diminuição do desemprego, entre outros pontos. As análises destes processos envolvem muitas disputas políticas e teóricas que não são pertinentes para essa discussão. Mas é necessário postular que, de fato, o país presenciou uma modificação no que concerne ao poderio econômico de determinados segmentos da população.

Percebo as relações descritas por Macedo (2013) diretamente associadas ao contexto e à figura das minhas interlocutoras. As trabalhadoras do Morro são pessoas que estão inseridas neste extrato social que se apresentava, até então, como novo alvo do mercado de bens de consumo. As preocupações com a visualidade do corpo indicavam o desprendimento de recursos financeiros em prol da manutenção da boa aparência. A interação destas mulheres estava impregnada por esta nova representação da trabalhadora doméstica como consumidora da emergente classe C e não como a empregada pobre, despida de recursos e precarizada. Praticamente todas as trabalhadoras que frequentavam a lotação Medianeira estavam envoltas por essas dinâmicas peculiares. Mesmo aquelas que, inicialmente, se dissociavam da imagem *empreguete*, aos poucos, conforme relata Rosa, “iam entrando no ritmo”.

Entrar no ritmo significava ser afetado pela lógica do grupo. Neste ponto específico, remeto-me à imagem de minha mãe. Cresci percebendo-a como uma mulher despida de vaidade, que não possuía tempo, tampouco energia para práticas de cuidado com o próprio corpo. Rituais de embelezamento, tais como feitura de maquiagem, seleção de trajes e escolha de acessórios não faziam parte da sua rotina diária. A partir da intensificação da sua relação de amizade com as trabalhadoras do morro enxerguei algumas mudanças nesses aspectos. De forma tímida, ao passar um batom, ao optar por uma roupa e não outra, ela foi modificando sua rotina no que concerne ao cuidado com a aparência. Foi um despertar relacionado a pequenos

¹¹ Destaco com aspas as categorias mobilizadas por Guedes (2013) em sua dissertação para enfatizar a falta de consenso acerca destas noções e fenômenos do ponto de vista político e teórico.

hábitos que antes não existiam. Para além do bem-estar ocasionado pelos momentos lúdicos com o grupo, os laços que minha mãe estabeleceu com suas colegas de serviço tiveram um impacto do ponto de vista subjetivo, quero dizer, a forma como ela se relaciona consigo mesma.

Os instantes de interação dentro da lotação tomaram proporções tão grandes que as trabalhadoras resolveram promover outros encontros fora dos momentos de deslocamento até o trabalho. Um dos eventos, que se tornou um encontro clássico do grupo, era o *amigo secreto*¹². A festividade ocorria sempre no último mês do ano e era organizado por Rô, uma das domésticas mais antigas do bairro que ainda atua na mesma residência nos dias de hoje.

Normalmente realizado no Mercado Público no centro da cidade de Porto Alegre, a reunião no final do ano era um importante momento de sociabilidade das trabalhadoras. Estas eram as situações de encontro daquelas que não conseguiam ter um assíduo contato no dia a dia devido aos distintos horários do expediente de trabalho.

O último evento do *amigo secreto* foi realizado no próprio Morro São Caetano. Um dos zeladores que trabalhavam no local mantinha relações de afinidade com o dono de uma das residências ociosas do bairro. Ele entrou em contato com o proprietário do imóvel para que as trabalhadoras pudessem utilizar a área de lazer da casa por uma tarde. Ao rememorar as festividades no *Mercado*, Tia Diva lembra como tais situações eram fundamentais para o seu bem estar individual:

As pessoas trabalham e esquecem que tem que ter o dia do lazer. Faz muita falta isso para a pessoa que trabalha. Eu me permito isso. Aí elas às vezes, aí não, sábado não porque eu tenho que limpar o carro, eu tenho que lavar roupa... poxa! Tira um dia para ti! Sabe? [...] Ajuda a cabeça, porque eu não sei se eu estaria forte para passar o que eu passei se eu não fosse esses momentos. (Tia Diva).

Além do *amigo secreto*, muitas mulheres mantinham encontros fora do Morro São Caetano em outras ocasiões. Eu mesma possuo algumas lembranças de festas de família na casa das amigas de minha mãe. Entretanto, os processos de interação das colegas de ofício nem sempre estavam livres de conflitos. Em muitos casos, as amizades eram desfeitas quando os momentos de convívio saíam do cotidiano de trabalho e adentravam a vida pessoal. Além disso, haviam mulheres que não interagiam com o grupo de forma alguma mesmo durante os trajetos na lotação. Esse era o caso de uma trabalhadora que preferia não manter diálogos dentro do transporte público. *Mais metida que a própria patroa*, ela nunca simpatizou com o coletivo.

¹² “Amigo secreto” é o nome popular de uma brincadeira, bastante tradicional, que normalmente ocorre nas festas familiares nos finais de ano com intuito de realizar uma troca de presentes coletiva.

O percurso em direção ao Morro São Caetano, a *ida ao trabalho*, era o momento em que se encontravam os maiores contingentes de trabalhadoras. Este era o principal instante de *bagunça e junção*. A volta para a casa, por outro lado, organizava-se de outra maneira, tendo em vista que nem todas possuíam o mesmo tempo de expediente. Assim, haviam mulheres que desciam o Morro caminhando em trios, em duplas ou recebiam carona das patroas e patrões. As combinações para os encontros eram facilitadas por ligações telefônicas oriundas dos aparelhos telefônicos das residências de trabalho.

O final de linha da lotação, localizado em um dos picos do Morro São Caetano, também era um espaço importante. A *praça*, como se referem as trabalhadoras, era o local onde a maioria das mulheres se reuniam para esperar o transporte. Em determinadas manhãs, os encontros na praça eram forjados de maneira intencional: algumas trabalhadoras chegavam quinze, dez ou cinco minutos antes do início do expediente para *bater papo*. As conversas na praça eram permeadas por histórias inundadas de alegrias, mas também eram recheadas de dores e preocupações.

Era muito bom, que pena que na vida tudo passa, Dani mas... em uma dessas coisas boas a gente fez, tipo assim, eu e a tua mãe eu posso dizer que a gente é amiga não é colega de trabalho, porque daí se tornou amizade. Daí entra o telefone, *whats*, tu fala com um... fala com outro... O tal do amigo secreto que eu nunca tinha visto isso Dani, nós ia para o mercado! [...] Mas depois eu fui entrando, fui gostando, fui fazendo amizades, tu via assim que não era só tu que tinha problemas. As vezes tu sentava na praça com uma pessoa que tu tinha mais intimidade e daí era assim “ai Rosa eu estou com problema assim, assim, assado. Ou então perguntava “o que foi Marta que tu tá com essa carinha assim?” “Ai Rosa eu não estou legal porque deu problema assim, assim e assim. Todo mundo sentava para dar um apoio, tinha uma palavra amiga, tu via que todo mundo tinha problema. Se tornou uma amizade. (Rosa).

Para além de um espaço lúdico de sociabilidade, cujo divertimento era o maior protagonista, as interações das trabalhadoras domésticas também constituíam uma rede de suporte em torno dos eventuais problemas existentes na vida de cada uma delas. A rede de apoio, neste caso, não se resumia às conversas, mas também estava ligada a ações concretas que visavam atender demandas particulares de cada uma delas. Essas demandas por ora estavam ligadas ao trabalho, mas, em grande medida, remetiam a problemas relacionados a questões familiares e financeiras. Foram muitos os relatos das interlocutoras em relação a prestação de ajuda fornecida pelo grupo quando alguma trabalhadora necessitava.¹³ Certamente, a facilidade

¹³ Durante as conversas com as interlocutoras da pesquisa acessei histórias de outras mulheres que trabalhavam no Morro. Os acontecimentos que evidenciavam o caráter ativo do grupo em relação as dificuldades que algumas destas mulheres enfrentavam eram recheados de situações de extrema sensibilidade. Diante disto, decidi não incorporar as narrativas que descreviam estas histórias levando em consideração que, de forma concreta, não obtive autorização direta das mulheres que vivenciaram estas situações.

com que essas mulheres estabeleceram um vínculo tão próximo foi motivada por um sentimento de empatia derivado das identificações que as trabalhadoras estabeleciam entre si.

Atualmente, não existe um número significativo de trabalhadoras doméstica que utilizam a lotação como havia a alguns anos atrás. Os motivos estão relacionados a diminuição de trabalhadoras mensalistas que atuam nas residências¹⁴, bem como da significativa diminuição dos horários de circulação do transporte pelo bairro. Ainda assim, os laços forjados, conforme descritos aqui, não foram desfeitos. Os elos estabelecidos na rede amizade cristalizaram-se para além do convívio na lotação. Algumas trabalhadoras seguem realizando encontros esporádicos para manutenção dos vínculos. Outras possuem contato apenas por ligações telefônicas e aplicativos de mensagens.

¹⁴ Esse não é um cenário exclusivo do campo de investigações deste trabalho. Resultados da Pesquisa Nacional por Amostras em Domicílio - IBGE (2018) apontam aumento do número de diaristas no serviço doméstico nos últimos anos. Esse grupo é responsável por mudanças no perfil do trabalho doméstico contemporâneo. As diaristas são trabalhadoras que atuam em um ou mais de um domicílio, mas que totalizam apenas 16 horas semanais de trabalho, o que equivale a dois dias da semana em cada residência. Na categoria mensalistas entram todas as demais trabalhadoras. Em 2018 as diaristas representavam 44% da categoria de trabalhadoras domésticas, o que equivale a 2,5 milhões de mulheres. O aumento do número de diaristas nos últimos está atrelado à alguns fatores como as dificuldades de acesso a empregos fixos, a oportunidade de auferir rendimentos mais elevados, maior controle do próprio tempo de trabalho e o estabelecimento de uma relação mais profissional entre empregador e trabalhadora. Por outro lado, essa ocupação está exposta a mais riscos no que tange a desproteção social, tendo em vista que as diaristas possuem menos contratos fixos de trabalho como regime de CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), portanto, menos direitos trabalhistas assegurados pelas legislações vigentes.

3 MEMÓRIAS DO TRABALHO DOMÉSTICO¹⁵

“Eu gosto de ser doméstica, mas antes, no passado, essa profissão não tinha direito a nada. Só o salário e mais nada. Quando comecei a ser doméstica eu já comecei com a lei do décimo terceiro e férias. Mas também tem que ter sorte, às vezes os patrão são gente boa e as vezes gostam de escravizar a empregada. Tem coisas boas e coisas ruins. Às vezes tu é bem tratada e as vezes não. Geralmente, os filhos deles tratam bem as empregadas, eles ficam mais com nós empregadas e a gente acaba tendo carinho pelas crianças. A gente acaba cuidando deles, como se fosse nossos filhos. Mas é uma boa profissão. Eu gosto muito dessa profissão! Tenho orgulho de mim mesma que sou uma doméstica”.

(Rosângela, minha mãe)

3.1 “PELA VIDA DAS NOSSAS MÃES”: CONTEXTO PANDÊMICO E TRABALHO DOMÉSTICO

Na tarde do dia 19 de março de 2020 os principais veículos de comunicação do país noticiaram matérias sobre a confirmação da morte de Dona Cleonice, ocasionada pela infecção de COVID-19. Trabalhadora doméstica, a senhora de 63 anos esteve em contato direto com a patroa que contraiu o vírus depois de voltar de uma viagem da Itália. Com doenças crônicas como diabetes e hipertensão, a vítima era moradora de Miguel Pereira - RJ e apresentou os primeiros sintomas no dia 15 de março. Dirigiu-se a uma unidade de saúde do município no dia de 16 e veio a falecer no dia seguinte.

Dona Cleonice percorria o trajeto de 100 km de sua casa até o bairro do Leblon no Rio de Janeiro para trabalhar. Residia de segunda a sexta-feira na casa dos patrões e voltava para seu município aos finais de semana. Seu caso contém o emblema da primeira morte ocasionada pela doença no país. Parentes da trabalhadora relataram à Secretaria de Saúde de Miguel Pereira que ela não tinha conhecimento do estado de saúde da patroa. O caso foi denunciado por meio de uma ação movida pelo Ministério Público, tendo em vista a obrigatoriedade da suspensão das atividades de funcionários dos seus respectivos recintos de trabalho, caso alguém inserido no ambiente tenha relatado sintomas de infecção pelo vírus.

¹⁵ Este título é uma alusão a mais recente obra de Grada Kilomba (2018), “Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano”.

Carta manifesto - Pela Vida de nossas mães é o nome dado ao manifesto das filhas e dos filhos de empregadas domésticas e diaristas lançado em 19 de março de 2020. O documento, publicado na rede social Facebook¹⁶, se dirige ao poder público, aos empregadores e empregadoras de domésticas e diaristas e a toda a sociedade civil:

Esta carta-manifesto tem como objetivo acionar a política do bem comum, em que ações individuais são primordiais para o bem-estar da coletividade. Levamos em consideração que, segundo a OMS, estamos inseridas(os) em uma pandemia, com recomendações internacionais de ficarmos em isolamentos e quarentenas voluntárias, sendo necessária, momentaneamente, a restrição do convívio social. E, ao constatarmos que nossas familiares que são empregadas domésticas e diaristas continuam trabalhando normalmente, salientamos a EMERGÊNCIA de atender à quarentena estipulada pelas autoridades e reivindicamos a DISPENSA REMUNERADA das empregadas domésticas e diaristas pelos empregadores para que, assim, cumpram com as exigências de precaução no combate à propagação contagiosa do COVID-19. O isolamento social é crucial e vai muito além da relação trabalhista. É uma maneira eficaz de evitar a exposição à aglomeração em transportes públicos e outras situações que favorecem a contaminação em massa, levando ao contágio comunitário, como já vem acontecendo. Fato que traz riscos aos empregadores e aos empregados. [...] A situação de pandemia indica que o maior número de trabalhadores neste momento (de grande risco de contágio) estão desamparados por leis trabalhistas. As diaristas estão em situação ainda mais precária e vulnerável, sem contratos legais que possibilitem, por exemplo, negociar adiantamento de férias. Por isso, encontram ainda mais obstáculos em se manterem e garantirem a segurança de seu coletivo familiar, pois recebem por dia trabalhado. [...] **Há anos nossas mães, avós, tias, primas dedicam suas vidas a outras famílias, somos todas (os) afetadas (os) por essa “relação trabalhista” de retrocesso e modos escravistas.** Tivemos nossas vidas marcadas por esse contexto, que precisa ser repensado por toda sociedade, sobretudo, pelos empregadores. (CARTA-MANIFESTO, 2020, grifos meus).

No dia 7 de maio de 2020, a decisão do prefeito da capital do estado do Pará Zenaldo Coutinho (PSDB) instituiu o trabalho doméstico assalariado como serviço essencial durante o período de dez dias de *lockdown* – fechamento total de vias e comércios considerados não essenciais, ocasionado pela disseminação do COVID-19. A Lei Federal nº 13.979, sancionada para o enfrentamento à pandemia no território brasileiro, não lista o serviço doméstico como atividade essencial, o que tornou a ação do prefeito da cidade de Belém contrária à interpretação nacional sobre o tema. Entretanto, a decisão sobre a configuração do decreto foi mantida. Ao ser questionado, o prefeito da cidade declarou que “tem pessoas que precisam, pela necessidade de trabalho essencial, ter alguém em casa. Uma médica ou médico, por exemplo, **precisa de alguém que ajude em casa**” (BRONZE, 2020, grifos meus).

Em 2 de junho de 2020, uma tragédia tomou conta das páginas jornalísticas do país. Miguel Otávio, de apenas 5 anos de idade, caiu do nono andar de um prédio no centro da cidade

¹⁶ A carta foi publicada em um perfil na rede social que possui o mesmo nome do manifesto, *Carta Manifesto - Pela vida de nossas mães*. Disponível em: <https://www.facebook.com/cartamanifesto/>. Acesso em: 20 jun. 2020.

de Recife. O prédio fazia parte de um conjunto de edificações conhecido como “Torres Gêmeas”. Miguel era filho de uma trabalhadora doméstica que exercia sua profissão em uma residência localizada no quinto andar do edifício. Sem ter com quem deixá-lo naquele dia por conta do fechamento das escolas, Mirtes levou o filho consigo para o trabalho.

Na ocasião do acidente o menino estava sob tutela de Sari Corte Real, primeira dama do município de Tamandaré e patroa da mãe de Miguel que, naquele momento, estava passeando com os cachorros da família fora da residência. Imagens da câmera de segurança dos elevadores do condomínio mostram o exato momento em que a patroa deixou a criança sozinha dentro no elevador. Miguel apertou os botões que estavam a sua esquerda esperando encontrar a mãe e parou no nono andar do edifício. Saiu do elevador, foi até a área onde ficam peças de ar-condicionado do local, escalou a grade que protege os equipamentos e caiu de uma altura de 35 metros.

Depois de ser presa em flagrante, Sari Corte Real pagou fiança de 20 mil reais e responde criminalmente pelo caso em liberdade. “A primeira e única vez que confiei meu filho a ela, ela deixou meu filho ir para a morte” declarou a mãe de Miguel em uma entrevista, inconformada com morte do filho.¹⁷

A partir da disseminação sistemática do novo coronavírus, presenciamos o descortinamento de uma série de problemáticas concernentes às desigualdades que estruturam as relações sociais do país. Sem a existência de uma vacina ou fármaco que promova um tratamento seguro à nova doença, a população, bem como os principais líderes políticos, teve de colocar em curso ações que combatessem o espalhamento/ disseminação da doença. O distanciamento social apareceu como a principal ferramenta de combate ao contágio.

As medidas de isolamento implicaram modificações significativas das relações trabalhistas. O trabalho remoto e as reduções salariais e de tempo de serviço foram as principais medidas adotadas pelas empresas e pelo poder público para promover menor circulação e aglomeração de pessoas nos locais de trabalho. Algumas categorias, sobretudo os trabalhadores autônomos despidos de contratos formais, não puderam contar com medidas que garantissem seus postos de trabalho.

No seio desta trama está o serviço doméstico. Debates sobre este tipo de atividade ganharam destaque na esfera pública, tendo em vista que muitas mulheres aumentaram suas

¹⁷ Caso Miguel: 'Ela deixou meu filho ir para a morte', diz mãe de menino que estava aos cuidados da patroa e morreu. **Portal G1 PE**, Pernambuco 5 jun. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/06/05/ela-deixou-meu-filho-em-perigo-diz-mae-de-menino-que-estava-aos-cuidados-da-patroa-e-morreu.ghtml>. Acesso em: 20 jun. 2020.

cargas de trabalho estando mais tempo nas residências. Enquanto serviço pago/assalariado, observamos realidades dramáticas ilustradas pelos acontecimentos destacados acima.

Mulheres, negras e pobres, aquelas que compõem o rosto do trabalho doméstico no Brasil¹⁸, foram as principais vítimas dos problemas ocasionados pela pandemia no território nacional, não só do ponto de vista epidemiológico – reportagens de jornais¹⁹ destacaram como as taxas de mortalidade foram maiores em territórios marcados pela ocupação de classes populares – , mas também do ponto de vista social. Os problemas são oriundos de desafios históricos enfrentados pela categoria: falta de profissionalização, condições precárias de trabalho e aumento dos serviços informais.²⁰

Historicamente, a luta pela inserção das trabalhadoras domésticas no regime de Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) esteve no centro das reivindicações do ativismo político das trabalhadoras domésticas no país. A invisibilidade, os baixos salários e índices de profissionalização do trabalho doméstico foram tiveram expressão no sistema jurídico

¹⁸ Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), no ano de 2018 havia mais de 6 milhões de pessoas que realizavam trabalho doméstico no país, 92% destas eram mulheres. Da totalidade de mulheres ocupadas profissionalmente, 14,6% estavam no trabalho doméstico remunerado. Isso representa um contingente de 5,7 milhões de mulheres que compõem a maior categoria ocupacional feminina do país. O trabalho doméstico remunerado para os homens, por sua vez, não responde nem por 1% da categoria. Do número exato de 6,2 milhões de pessoas que estavam empregadas no trabalho doméstico, 3,9 milhões destas eram mulheres negras, representando 63% do total de trabalhadores/as domésticos/as no país. Do total de mulheres negras ocupadas no mercado de trabalho, 18,6% exerciam trabalho doméstico remunerado, proporção que cai a 10%, quando se trata de mulheres brancas. (PINHEIRO *et al.* 2019, p. 8). Outro fator que merece destaque é a divisão sexual do trabalho que opera no seio da categoria profissional. Das trabalhadoras domésticas que participaram do estudo, quase 80% se identificavam como trabalhadoras de serviços gerais. A maioria estava ocupada em atividades que eram realizadas no seio das residências como cuidadoras, faxineiras, cozinheiras e babás. Enquanto praticamente 100% dos homens estavam alocados em serviços fora da área interna das casas trabalhando como jardineiros, motoristas etc. O estudo também aponta para as desigualdades regionais que interferem no retrato do trabalho doméstico contemporâneo. Uma das características que atravessam todas as regiões é a desigualdade salarial entre brancas e negras. De acordo com os dados nacionais produzidos em 2016, as trabalhadoras negras recebiam 84% dos salários das mulheres brancas, sendo que no Sul esse valor era de 90% enquanto no Nordeste e Centro-Oeste alcançava 96%. Em 2018 constatou-se que o cenário continua, praticamente, o mesmo.

¹⁹ Cf. Leão *et al.* (2020).

²⁰ Em junho de 2020 o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) lançou uma nota técnica que evidencia as vulnerabilidades do trabalho doméstico diante da pandemia de COVID-19. De acordo com os dados, cerca de 70% das trabalhadoras domésticas não possuem carteira assinada. A pesquisa desenvolvida com a ONU Mulheres com análise dos dados da PNAD 2020 indicou que menos de 28% das trabalhadoras domésticas possuem vínculo empregatício e direitos trabalhistas assegurados. (PINHEIRO, TOKARSKI e VASCONSELOS, 2019). Com alto grau de informalidade, característica que perpassa a história do trabalho doméstico no Brasil, a fiscalização das atividades domésticas - responsabilidade do Ministério Público do Trabalho (MPT) é dificultada e impedida na maioria das ocasiões, o que agrava a situação das trabalhadoras domésticas nos ambientes de trabalho. As tarefas são realizadas sem equipamentos de proteção individual (álcool em gel, máscaras, luvas) e protocolos sanitários de segurança. O alto grau de informalidade também permitiu demissões em massas das trabalhadoras. Segundo a PNAD COVID (2020), pesquisa criada pelo IBGE para mensurar os impactos da pandemia na sociedade brasileira, o trabalho doméstico é uma ocupação que perdeu 500 mil postos de trabalho entre maio e outubro de 2020. Em abril do mesmo ano o Instituto Locomotiva (2020) apontava que 39% dos patrões haviam dispensados suas diaristas sem pagamento durante o início da pandemia.

brasileiro ao longo das décadas. Em 1943, com a primeira regulamentação das leis de trabalho no país, as trabalhadoras domésticas foram excluídas da legislação sob justificativa do caráter não produtivo, portanto não econômico, do serviço doméstico. Em 1960 – uma década marcada por importantes lutas e reivindicações da categoria – a Lei 3.807 de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social) assegurou o direito das trabalhadoras domésticas à filiação a previdência social como seguradas facultativas. No início dos anos 1970, com a Lei 5.859 de 1972, as trabalhadoras domésticas garantiram o primeiro avanço jurídico significativo no campo da legislação trabalhista. Carteira de trabalho, 20 dias de férias remunerados por ano e seguro obrigatório da previdência social foram os principais direitos obtidos pela categoria.

Conjuntos de trabalhadoras domésticas estiveram mobilizadas para reivindicação dos direitos da categoria durante todos os marcos legislativos citados anteriormente. Atuantes em associações profissionais desde a década de 1930, as trabalhadoras organizaram-se em sindicatos a partir do final da década de 1980. Laudelina de Campos Melo (1904-1941) foi uma das figuras mais importantes do ativismo em prol da categoria de trabalhadoras domésticas no país. Fundou a Associação dos Empregados Domésticos de Santos. As associações tinham objetivo de conquistar o mesmo status jurídico que outras categoriais profissionais. Laudelina teve atuação com as militâncias emergentes dos grupos negros como a Frente Negra Brasileira, fundada em 1931.

Ao longo das décadas, com a conquista da sindicalização, importantes organizações foram fundadas diante da necessidade do ativismo político contra a descriminalização e precarização do trabalho doméstico, tais como a Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD), fundada em 1997. Esta possuiu cerca de 22 sindicatos filiados presentes em 13 estados da federação. Além disto, desde a década de 1960 as trabalhadoras organizam congressos nacionais com a finalidade de discutir as demandas da categoria, bem como os avanços e retrocessos das legislações vigentes.²¹

Em 1988, mesmo com a grande mobilização feita pelas trabalhadoras domésticas organizadas que entregaram uma carta pública aos constituintes, a promulgação da nova Constituição Federal não equiparou as trabalhadoras domésticas às outras ocupações profissionais no que tange à igualdade de direitos. A ampliação de benefícios à categoria aconteceu de forma parcial.²²

²¹ Para um estudo detalhado das formas de atuação e reivindicação política das trabalhadoras domésticas brasileiras ao longo da história, destaca-se a tese de doutoramento de Joaze Bernardino-Costa, intitulada “Sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil: teorias de descolonização e saberes subalternos” (2007).

²² Dos 34 direitos expressos no artigo 7º, somente nove aplicaram-se às trabalhadoras domésticas. Entre eles estavam 13º salário, gozo de férias anuais remuneradas, licença gestante, aviso prévio e aposentadoria além da sua

Em 2013 houve aprovação da chamada “PEC das domésticas”, um projeto de emenda constitucional que representou um grande avanço no reconhecimento dos direitos trabalhistas da classe. A PEC resultou na edição da Emenda Constitucional nº 72, incluindo o artigo 7º, que dispõe sobre os direitos das trabalhadoras, isto é, o reconhecimento de situações nas quais o trabalhador deve ser amparado e protegido pela legislação. O projeto de lei estendeu às trabalhadoras domésticas todos os direitos trabalhistas previstos para as demais ocupações da Constituição Federal de 1988, abrangendo o limite de 44 horas semanais e 8 horas diárias, a obrigatoriedade do pagamento de horas extras, adicional noturno e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (GUEDES, 2016).

Atualmente, sem uma eficaz rede de proteção social, muitas trabalhadoras foram acometidas por mudanças bruscas nos seus padrões de faturamento e renda. Quando não dispensadas com a contrapartida de manutenção da remuneração, foram obrigadas a seguir trabalhando mesmo ante a necessidade do isolamento social para a proteção da saúde individual e dos seus familiares.

O risco de contaminação da nova doença não está apenas nos locais de trabalho, mas também nos trajetos de deslocamento até o mesmo. Com a redução das linhas de ônibus para incentivar a diminuição de circulação de pessoas pela cidade, muitas trabalhadoras precisam enfrentar momentos de aglomerações no transporte público. Neste caso, o processo de deslocamento das trabalhadoras e trabalhadores até os seus locais de trabalho apresentou-se como um risco que representava a possibilidade de contrair uma doença e disseminá-la às pessoas da sua rede de contato. Tendo em vista este cenário, a FENATRAD, ainda no primeiro semestre de 2020, lançou a campanha “Cuide de Quem te Cuida” para pressionar o Ministério Público do Trabalho e os estados e sensibilizar a sociedade em geral sobre o direito à vida e à proteção das trabalhadoras domésticas.²³

3.2 A RACIALIZAÇÃO DO DOMÉSTICO: CORPO, GÊNERO, RAÇA E TRABALHO

“O sexismo e o racismo atuando juntos perpetuam uma iconografia de representação da negra que imprime na consciência cultural coletiva a ideia de que ela está

integração à previdência social (Constituição Federal, 1988: artigo 7º, Parágrafo Único). A Constituição Cidadã também assegurou às trabalhadoras domésticas o direito a sindicalização. Somente em 2006 com a lei 11.324 garantiu-se, de fato, 30 dias de férias, proibição de dispensa arbitrária ou sem justa causa a partir do período de confirmação da gravidez até cinco meses depois do parto e proibição de descontos no salário por fornecimento de alimentação, vestuário, higiene e moradia.

²³ É possível obter mais informações sobre a realização da campanha “Cuide De Quem Te Cuida” e as ações da Federação por meio do site: <https://www.cuidadequemtecuida.bonde.org/>

neste planeta principalmente para servir aos outros. Desde a escravidão até hoje, o corpo da negra tem sido visto pelos ocidentais como o símbolo quintessencial de uma presença feminina, natural, orgânica, mais próxima da natureza animalística e primitiva”

(bell hooks)

Inserida no leque das maiores atrocidades da história da humanidade, a escravização instaurou uma nova condição de vida para os sujeitos que forçadamente migraram de seus locais de origem para as américas. As medidas de racialização, enquanto dispositivo de naturalização e hierarquização de diferenças biológicas, possibilitaram o desenvolvimento de um sofisticado arcabouço de dominação contra os povos colonizados. O processo de deslocamento realizado dentro de um navio sob péssimas condições de manutenção de vida se consolidou como uma importante tecnologia de subjetivação que visava um determinado tipo de disciplinamento para o trabalho forçado. Não restam dúvidas das contribuições, do ponto de vista material, que os séculos de escravização trouxeram para o enriquecimento das grandes nações europeias.

A partir da destituição dos seus modos originários de vida, os sujeitos escravizados foram inseridos em lógicas outras de existência que negavam sua condição enquanto ser humano. Como meros corpos receptáculos de trabalho forçado, trilhando rotinas mediadas pela violência, os africanos e africanas trazidos aos territórios coloniais sofreram a inserção das ideologias europeias dominantes em seus modos de ser e se relacionar. Certamente, as relações de gênero com base nas distinções sexuais do corpo foi um dos aspectos centrais deste processo.

A partir da formulação de um novo entendimento quanto ao processo de acumulação primitiva, Silvia Federici por meio da obra “Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva” (2017) se volta para o fenômeno de caça às bruxas na Europa para advogar que o surgimento do capitalismo foi possibilitado não somente pelo processo de expropriação do campesinato e pela exploração das colônias via trabalho forçado, mas também pela conquista do corpo feminino.

A obra demonstra como a identidade sexual se transformou em um suporte específico das funções de trabalho no capitalismo. A “feminilidade” foi constituída, portanto, a partir de uma função trabalho. Desde esta perspectiva, não há como compreender a emergência do sistema capitalista sem uma teoria sobre as relações de gênero.

Com o aumento das relações monetárias a partir do advento do sistema capitalista, houve uma maior dificuldade por parte das mulheres em conseguir manter-se em um emprego assalariado. A atividade de trabalho que restava era o tipo de ocupação que sofrera uma brutal

desvalorização: o trabalho reprodutivo. Com nascimento de um novo regime de mercado e o declínio da economia de subsistência, a valorização do trabalho estava ligada às atividades que produziam valor para troca e não valor para uso. O trabalho reprodutivo, aquele realizado para a reprodução do trabalhador, perde seu valor e em última instância deixa de ser considerado trabalho.²⁴

As mudanças acerca destas relações de trabalho foram fundamentais para a redefinição dos papéis de gênero na sociedade. A era de um novo domínio patriarcal estava instaurada a partir da divisão entre homens e mulheres e a sua relação com as noções de público x privado; trabalho doméstico x trabalho produtivo.

Diante da necessidade de produzir medidas que garantissem um abastado contingente de mão de obra para a manutenção do sistema, o controle sobre o trabalho reprodutivo feminino se tornou um elemento central para a perpetuação da acumulação. A caça às bruxas – a grande guerra travada contra as mulheres – representa o ápice deste processo violento que instituiu medidas severas de criminalização a quaisquer práticas que resignassem às mulheres autonomia sobre o próprio corpo.

De que modo estes padrões generificados das relações trabalhistas incidiram sobre a organização do trabalho forçado nas colônias? Por que tais fenômenos são importantes para a compreensão da figura da mulher negra e da sua relação com o trabalho? O que isto diz a respeito das problemáticas do trabalho doméstico na contemporaneidade, assunto sobre o qual essa seção se propõe a refletir?

Em “E eu não sou uma mulher?”, bell hooks (2019), ao descrever o impacto do sexismo na produção de diferenças entre homens e mulheres escravizados, destaca a esfera do trabalho como o lugar em que melhor percebemos a diferenciação entre gêneros.

A divisão sexual do trabalho nas *plantations* era imediatamente ditada pela demanda da força de trabalho dos senhores de engenho e pelo preço das mercadorias produzidas no mercado internacional. A distinção entre o trabalho feminino e o trabalho masculino era irrisória. Essa simetria de posições foi possibilitada pelo critério de distinção racial que estabelecia uma condição ontológica comum a todos os indivíduos racializados. As mulheres negras, por muito tempo, estiveram sujeitas ao mesmo grau de exploração dos homens, entretanto, elas sempre receberam um tratamento diferente em relação a uma série de outros abusos e violências.

²⁴ É importante destacar que esta concepção sobre a dualidade trabalho produtivo/reprodutivo esteve na gênese das teorias marxistas que inauguram uma tradição filosófica crítica ao sistema capitalista. Sob este prisma, o trabalho doméstico também está despido de valor social e econômico tendo em vista seu caráter inócuo à acumulação de mais valia.

O homem negro foi inicialmente explorado como um trabalhador dos campos; a mulher negra foi explorada como uma trabalhadora dos campos, uma trabalhadora das tarefas domésticas, uma criadora de animais e como um objeto dos assaltos sexuais dos homens brancos. (HOOKS, 1995, p. 18).

Ao passo que realizavam, forçadamente, trabalhos nos campos em situações similares ou comum aos homens, as mulheres negras também foram confinadas ao espaço doméstico na medida em que foram inseridas na casa grande para prestarem serviços manuais que visavam o ordenamento do lar e o bem-estar das famílias. As mucamas e as amas de leite são figuras contidas no imaginário social coletivo que evocam os papéis e características das mulheres escravizadas que atuavam nas casas grandes. A mucama, responsável pela organização do espaço doméstico, além de lavar, passar, esfregar e cozinhar, mantinha um trabalho afetivo com as crianças que viviam sob seu cuidado. Sua postura inofensiva e subserviente a constituíam como serviçal obediente aos mandos e caprichos das sinhás e dos senhores de engenho.

As amas de leite, um tipo de trabalhadora escravizada responsável pelo cuidado e amamentação das crianças, eram figuras absolutamente presentes nos moldes de composição das famílias, ainda que sua presença fosse invisibilizada. Uma negra caseira, aquela que guardava em si tamanha fidelidade aos donos que jamais ousara resistir à subordinação. Uma figura, naturalmente, domesticada. Em vários sentidos, as condições de existências destas mulheres foram marcadas por práticas sistêmicas de exploração.

Estes abusos tampouco estavam apenas ligados ao trabalho forçado, pois seus corpos também eram invadidos em assaltos sexuais. Conforme argumenta bell hooks (2019), o sexismo colonial engendrou técnicas de legitimação das violações sexuais aos corpos das mulheres negras. As sujeitas escravizadas viviam em constante consciência da sua posição vitimada no que diz respeito à vulnerabilidade sexual. Nos momentos em que demonstravam repúdio aos atos violentos, as mulheres eram severamente punidas. Tais ações não consistiam, somente, em uma satisfação da luxúria sexual dos homens brancos do ponto de vista do desejo, mas, pelo contrário, eram atos institucionalizados de terrorismo. A exploração sexual das mulheres negras escravizadas “foi uma consequência direta da política antimulher do patriarcado colonial”. (HOOKS, 2019, p. 32).

As violações do corpo das mulheres escravizadas também estavam diretamente ligadas a uma exploração econômica. Segundo Machado (2018), um importante princípio legitimador da escravidão nas diferentes sociedades escravagistas foi a prerrogativa de que os filhos nascidos sob regime de privação de liberdade deveriam permanecer sob a mesma condição

jurídica que a mãe. Este tipo de regulamentação da vida produtiva das mulheres permitia o controle da reposição da mão de obra para o trabalho. Desta forma, não havia diferença substancial, ao menos em termos legais, entre trabalho voltado para a produção de riquezas e gravidez já que ambos, dentro da esfera escravagista, beneficiavam os proprietários das grandes fazendas.

Essa carga dupla de trabalho (produtivo e reprodutivo) sublinha a centralidade do corpo da mulher como *locus* de reprodução do sistema escravocrata. (MACHADO, 2018). Um cenário bastante próximo do que foi descrito por Federici em relação a centralidade do fenômeno da caça às bruxas para os processos de acumulação de capital e sustentação do sistema capitalista. Entretanto, a racialização instituiu bruscos mecanismos de distinção acerca das experiências das mulheres com trabalho, sobretudo na esfera doméstica. A raça, enquanto dispositivo corporal, associa as mulheres e os homens negros ao lugar do não-humano. Tal movimento resguarda processos de objetificação que associam a corporalidade negra à animalização. Frantz Fanon (2008) diria que estes sujeitos são despidos de resistência ontológica. A variável racial permite que mulheres negras sejam afetadas por violências estruturadas por percepções racistas de papéis de gênero. Esse tipo de opressão conforma a inserção subalterna das mesmas em determinados postos de trabalho. São estas diferenças que constituem as formas distintas como mulheres brancas e negras se relacionam com espaço doméstico.

McClintock (2010) descreve como a construção sobre a natureza feminina na Inglaterra Vitoriana do século XIX desenvolveu uma nova percepção acerca do papel feminino em relação ao trabalho. Vistas como puras, virtuosas, inocentes e mundanas, as mulheres abastadas pelos privilégios raciais foram designadas a seguir a vocação de donas de casa. Destituído de reconhecimento simbólico e econômico por meio do culto à domesticidade o trabalho feminino estava destinado ao lazer.

Roubada da esfera do trabalho produtivo, as mulheres das classes médias e das elites “tornaram-se adequadas apenas a um lugar ornamental na sociedade” (MCCLINTOCK, 2010, p. 51). Dentre as funções que possibilitavam o êxito de suas performances estava a manutenção das residências limpas e ocultamento do trabalho realizado. Enquanto o ordenamento da casa deveria estar em pleno vigor, havia necessidade de não deixar rastros do trabalho realizado para tal. Entretanto, a conformação destas circunstâncias só foi possibilitada pela existência da figura criada invisível; aquela que, de fato, realizava o serviço dentro das residências para que as donas de casa pudessem figurar o papel de mulher ociosa.

Desta forma, o trabalho reprodutivo destinado à criada racializada foi duplamente despido de reconhecimento e valor econômico/social, uma vez que, dentro do próprio espaço privado/doméstico, organiza-se uma lógica de delegação e subordinação ao serviço doméstico no seio das relações intragênero. Atualmente, o trabalho doméstico exercido por mulheres negras de forma remunerada ainda é uma função social fundamental que possibilita o engajamento de mulheres abastadas em outras esferas de trabalho que não o doméstico. Inseridas nas dinâmicas do sistema capitalista, as mulheres privilegiadas, em sua maioria brancas, deixaram de ser donas de casa e passaram a ser professoras, advogadas, médicas etc. A justificativa para a terceirização destas tarefas, percebidas como degradantes em si mesmas, está ligada a veiculação de uma série de imagens sobre a figura das mulheres negras envoltas por mecanismos de desumanização. Tais imagens são, justamente, aquelas que acionam uma memória do período colonial: as negras/criadas domésticas.

Estas figuras são reatualizadas no mundo contemporâneo de forma constante, especialmente, no trabalho doméstico. As amas-de-leite e as mucamas estão sintetizadas na contemporaneidade na figura da mãe-preta. Uma mulher docilizada, interpelada a abdicar da criação dos próprios filhos para se dedicar à vida de terceiros. A mãe-preta é quem, a partir de altas cargas de trabalho braçal nas residências dos patrões e das patroas, garante o sustento de todos, se não a maioria, dos membros da família. Seu corpo é percebido como um reservatório para trabalho passível de aguentar as rotinas mais duras de serviços. Os sentimentos de afetividade entre as crianças abastadas criadas pelas mães-pretas, em muitas instâncias, corroboram para a justificação e o mascaramento da exploração à qual estas mulheres são submetidas. Basta lembrarmos-nos da célebre frase “como se fosse da família”, cujo idioma de parentesco é acionado como eufemismo capaz de suavizar as políticas de violência presente nas relações entre patrões e empregadas.

Minha mãe iniciou sua jornada no trabalho doméstico com 14 anos de idade, depois de ter interrompido os estudos no quarto ano do antigo primário. No seu primeiro emprego *ela cuidava de uma menina e pousava no serviço*.

Não gostava muito de trabalhar de segunda a sexta-feira. Na sexta a tarde eu já podia ir para casa. Sentia falta de casa. Às vezes quando os patrão dormia nós fugia para a rua, dar uma volta. Arrumei uma amiga no condomínio, então quando Dona Beti dormia e quando a patroa dela dormia também nós saía. Meu quarto tinha televisão, era bem confortável. Dona Beti nem via a gente sair, meu quarto era junto da cozinha. Então babás e empregadas domésticas não tinham acesso pela porta da sala. Só da cozinha. Mas um dia ela viu que não estava no quarto, chamou

minha mãe e me mandou embora. Eu era menor de idade, falou que assim era perigoso ficar comigo lá.²⁵ Trabalhei dois meses. (Rosângela).

Ainda nesta conversa, minha mãe me contou que esta casa era *daquelas antigas*, feitas de modo que o contato entre trabalhadoras domésticas e patrões fosse mínimo. A segregação espacial dessas residências informa o imperativo da invisibilidade a qual as pessoas que, efetivamente, cuidam das casas estão subordinadas. A cozinha e os cômodos de “depósito” são, normalmente, os únicos espaços onde tais sujeitas podem circular no âmbito doméstico.

O “quartinho da empregada”, escondido para não atrapalhar a beleza do lar, conforme estudado por Goldstein (2003) e Brites (2007), é uma das formas de segregação no seio dos domicílios que cumpre a função de reproduzir hierarquias. Esta é uma das maneiras, inclusive, como as crianças das famílias apreendem as distâncias sociais existentes entre elas e as trabalhadoras domésticas.²⁶ Todas estas problemáticas, novamente, reatualizam padrões de relações do período colonial, em que a arquitetura da disposição espacial casa-grande/senzala informava aspectos da organização social estratificada da época e cumpria um papel de disciplinamento dos corpos, tanto do ponto de vista físico quanto subjetivo.

Os enredos da vida de minha mãe são atravessados pelas múltiplas dimensões acerca do trabalho doméstico destacadas ao longo desta seção. Após iniciar seu primeiro emprego, foram mais de duas décadas de trabalho em casas de família. Ao longo dos anos, acumulou muitas experiências na área, além de ter criado e sustentado uma família com quatro filhos por meio dos rendimentos que obteve através da profissão. Enquanto eu e meus irmãos crescíamos, ela realizava duas, às vezes triplas, jornadas de trabalho que asseguraram nosso sustento, educação e desenvolvimento pessoal. A bravura e a força com que conduziu nossas vidas reflete um legado de luta ancestral que muitas mulheres negras tiveram que traçar para manutenção da sua

²⁵ Tanto as trajetórias de vida de minha mãe quanto de Tia Diva (narrada na próxima seção) tratam de casos de trabalho doméstico infantil. Infelizmente, ambos os casos não são acontecimentos isolados. O trabalho doméstico infantil, principalmente realizado por meninas, é um fator persistente, não só no Brasil, mas na América Latina. A legislação brasileira prevê a idade de 16 anos para os jovens ingressarem no mercado de trabalho. Entretanto, esta limitação etária é constantemente violada, sobretudo em contextos nos quais as populações vivem em estado de pobreza e vulnerabilidade social. Muitas famílias recorrem ao trabalho prematuro dos filhos como meio de fomentar recursos. Estes casos também revelam a perversidade da exposição de crianças e adolescentes a abusos e violações no âmbito das relações domésticas/privadas, dificilmente fiscalizadas por órgãos de segurança do trabalho. Segundo a PNAD 2016, o trabalho doméstico infantil atinge cinco em cada dez crianças ou adolescentes dos 5 aos 17 anos no Brasil, mais de 90% delas são meninas. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) define o trabalho doméstico infantil como um dos trabalhos mais perigosos que são proibidos para menores de 18 anos, em virtude do artigo 3º da Convenção nº 182.

²⁶ Para uma discussão sobre as relações entre crianças e babás é indispensável mencionar o clássico artigo de Mariza Corrêa intitulado “A babá de Freud e outras babás” (2007). Nele, autora argumenta que as criadas domésticas, em especial as amas de leite, são a corporificação de uma figura ambígua capaz de “levar para dentro de casa todos os males de que porventura fosse portadora, ou toda a bondade e carinho esperados de alguém que entrega seu leite a uma criança que não é seu filho.” (CORRÊA, 2007, p. 84).

sobrevivência e dos seus. Não há qualificações suficientes para adjetivar a tamanha grandeza destas trajetórias. Mas, certamente, um mundo ideal é aquele no qual essas mulheres não precisam superar condições precárias de vida para o bem-estar das suas famílias.

Atualmente, minha mãe possui 58 anos de idade e trabalha como auxiliar de serviços gerais. Todos os dias, ao percorrer seus traços físicos quando lhe dirijo o olhar, vejo marcas que refletem anos de trabalho materializados em seu corpo. A ideia de “mulas do mundo”, tal como evocada por feministas negras que dialogam com as problemáticas destacadas ao longo desta seção, nos ajuda a pensar nos retratos de mulheres negras acometidas pelo trabalho duro e pela responsabilidade de sustentar o mundo nas costas. Em diálogo com este aterrador cenário, Collins questiona:

Se as mulheres são supostamente passivas e frágeis, por que as mulheres negras são tratadas como “mulas” e designadas para as tarefas pesadas de limpeza? Se as boas mães devem ficar em casa com os filhos e as filhas por que as estadunidenses negras assistidas por políticas sociais são forçadas a trabalhar e a deixá-los em creches? (COLLINS, 2019a, p. 47).

A partir do contexto brasileiro, Lélia Gonzalez (1983) escracha a mesma indignação: “quanto à doméstica, ela nada mais é do que a **mucama permitida**, a da prestação de bens e serviços, ou seja, **o burro de carga** que carrega sua família e a dos outros nas costas.” (GONZALEZ, 1983, p. 230, grifos meus).²⁷

A partir do percurso que tracei neste exercício de experimentação analítica, desde Federici (2017), hooks (2019) e McClintock (2010), é possível argumentar que a emergência das distinções entre público e privado produziu uma cisão entre diferentes esferas de trabalho ocasionada por diferenciações sexo-genéricas. Essa é a clivagem responsável por delegar à mulher o espaço privado e destituí-la de remuneração e reconhecimento social pelo trabalho exercido. Ademais, instaura-se a possibilidade de exercer poder sobre o corpo feminino de modo a controlar suas funções reprodutivas.

Ao passo que raça é introduzida no âmbito doméstico, inaugura-se o reposicionamento dos papéis sociais e do exercício do trabalho no seio desta esfera. Esta é uma segunda clivagem que diferencia e deposita status assimétricos/hierarquizados entre mulheres brancas e mulheres

²⁷ Lélia Gonzalez, no artigo “Racismo e sexismo na cultura brasileira” (1983), realiza uma análise das categorias de mucama, doméstica e mulata. Para autora, todas estas imagens concentram-se na figura da mulher negra. É nesta clássica publicação que autora conceitualiza o racismo como uma somática que caracteriza a “neurose cultural brasileira”. Lélia é uma das grandes teóricas do pensamento social brasileiro que contribuiu para a compreensão das relações étnico-raciais no país.

não-brancas. Os marcadores de raça e gênero em sua conjunção produzem uma espécie de dupla rejeição das mulheres negras ao serviço doméstico. Ainda que mulheres brancas fossem destinadas à gestão das tarefas domésticas, quem efetivamente realizava os trabalhos pesados como a limpeza das residências eram e ainda são as mulheres negras. Tais sujeitas não apenas foram relegadas ao trabalho da faxina, por aqueles que ocupam o topo dos privilégios de poder, mas também são interpeladas a permanecer neste lugar por aquelas que compartilham um possível elo em relação ao gênero – mas que, certamente, se distanciam muito em relação à raça.

Deste modo, é possível pensar numa espécie de re-introdução à subordinação ao trabalho doméstico quando esta esfera é racializada e as mulheres negras aparecem como objetos centrais da superexploração em funcionamento neste espaço. Essa reintrodução não necessariamente opera por meio de uma distinção entre público e privado porque ela ocorre no próprio âmbito da domesticidade. No entanto, ela mobiliza outras codificações binárias contidas na diferenciação racial: as ideias de humano *versus* não humano; primitivo *versus* evoluído; sujeito *versus* objeto e mente *versus* corpo. Esta última em especial, já que “mais que qualquer [outro] grupo de mulheres nesta sociedade, as negras têm sido consideradas só corpo, sem mente”. (HOOKS, 1995, p. 469).

3.3 DE FILHA A EMPREGADA: DE VOLTA À CENA COLONIAL

Tia Diva, uma das pessoas mais extrovertidas que tive oportunidade de conhecer por conta do trabalho de minha mãe, apareceu em nossas vidas em meados de 2013 e tornou-se figura carimbada nos momentos de sociabilidade da nossa família. Uma mulher negra de 65 anos de idade, e chefe de uma linda família. Com longa experiência em trabalhos que envolvem práticas de cuidado, Tia Diva foi funcionária de duas escolas da rede básica de ensino do município de Porto Alegre por muitos anos. Atuando como merendeira nas escolas, suas atribuições eram perpassadas por outras atividades para além da feitura e distribuição dos alimentos às crianças. Seu vínculo com a comunidade escolar do colégio no qual atuou por muitos anos foi tão significativo que recebeu uma linda homenagem assim que deixou a escola. Ela penteava e decorava o cabelo das meninas, cortava e deixava limpinhas as unhas dos mais novos, interagia com os jovens... Essa foi, de longe, *sua maior realização profissional!*

Ao encerrar sua atuação como funcionária pública da rede básica de ensino, Tia Diva se aposentou. Depois de um período curto em casa, recebeu um convite de uma das professoras

do *Correia Lima*²⁹ para *cuidar de uma menina*. A proposta consistia em uma oferta de serviço para atuar como babá na casa de uma família que residia no Morro São Caetano. A partir do primeiro contato com a família, ela simpatizou com o ambiente de trabalho. As funções consistiam em cuidar de tudo que envolvia a rotina de uma criança que, na época, possuía um ano e oito meses. Um dos maiores benefícios deste trabalho era seu expediente flexível. A carga horária das atividades era distribuída em sete horas diárias das sete e meia da manhã até uma e meia da tarde.

Durante os doze anos em que trabalhou no Morro São Caetano, ela cultivou uma boa relação com sua patroa. A única impertinência que rondava o ambiente de trabalho estava ligada às desavenças que ela tinha com o patrão que, por vezes, tentava interferir na maneira como seu trabalho era feito, ou, até mesmo, solicitava a realização de atividades que não estavam previstas em suas funções. Depois do seu primeiro ano de trabalho na residência, seus padrões se separaram. A ruptura do casal foi motivada pela descoberta de uma traição. Neste momento, os laços entre Tia Diva e sua patroa estreitaram-se ainda mais, tendo em vista seu papel para a recuperação emocional da mesma e o afastamento da figura do patrão que, por ora, causava pequenos atritos em relação à autonomia do seu trabalho.

Muito incisiva ao falar sobre os momentos em que confrontava as atitudes negativas do patrão, as posturas de Tia Diva sempre me acionavam muitas memórias relacionadas a forma como minha mãe encarava o ambiente de trabalho. Entretanto, nenhum outro aspecto de sua narrativa ficou tão impregnado em meus pensamentos como os relatos de sua infância.

Filha de trabalhadora doméstica, ela fora criada na casa de uma senhora que foi, ao mesmo tempo, sua madrinha e patroa de sua mãe. Frequentou o ensino regular durante seus primeiros anos de escolarização estudando em uma instituição particular. Após um período de problemas financeiros da família com quem vivia, seu local de estudo foi modificado para um colégio interno. Quando completou doze anos de idade, sua madrinha casou-se com um senhor de *posses*, morador da serra gaúcha. Com o advento do matrimônio, toda família mudou-se para cidade de Santa Cruz do Sul e Tia Diva foi junto. Vivendo em uma *sociedade chique*, ela seguiu estudando, ao passo que mantinha alguns momentos de lazer: brincava, frequentava reuniões, saía para tomar chá, entre outras coisas.

Depois de algum tempo, a rotina da família sofreu um abalo. A situação financeira do marido da madrinha de Tia Diva foi empobrecida e todos tiveram que voltar a morar em Porto

²⁹ Tia Diva refere-se à Unidade Ensino Farroupilha Tenente Coronel Correia Lima, localizada na zona sul da cidade de Porto Alegre.

Alegre. Foi durante este período que sua vida também se modificou de maneira significativa. Durante uma das nossas conversas, ela afirmou que sua madrinha lhe *doou* para sua filha mais velha, recém casada, chamada Mara.

Quando a mudança para a casa de Mara ocorreu, Tia Diva frequentava a escola Uruguai e estava prestes a finalizar a primeira etapa de estudos, até então chamada de “ensino primário”. A estrutura organizacional da educação básica naquela época é bastante diferente dos moldes atuais. Ao término do período, que hoje equivale ao 5º ano, era necessário a realização de um exame de admissão para dar prosseguimento a próxima etapa de estudos. No dia a dia da escola, Tia Diva ouvia suas colegas conversando a respeito do processo seletivo. Motivada pelo interesse de saber como seria sua vida escolar a partir daquele momento, ela decidiu questionar Mara a respeito da inscrição que deveria ser feita para ocorrência do exame: *minhas colegas estão só falando do exame, você não vai me inscrever?* Diante da resposta à interpelação, Tia Diva percebeu que não poderia mais estudar.

As tarefas que deveriam ser realizadas na casa de Mara apresentaram-se como o principal empecilho à continuidade dos estudos. Pela manhã ela deveria realizar o almoço para a família. No período da tarde, era necessário deixar a cozinha limpa. Durante a noite seria perigoso demais sair de casa. Com esta rotina, onde estaria a reserva de tempo para frequentar o colégio?

Foi neste momento que Tia Diva recebeu uma promessa. Ela poderia realizar um curso de costura com a tia de Mara. Empolgada com o relativo conforto que possuía na casa, com ganho constante de roupas e sapatos novos que lhe *creciam os olhos*, conformou-se com saída da escola e decidiu fazer o curso de costura conforme proposto. Entretanto, o horário das aulas do curso localizava-se na contramão do horário das atividades domésticas que ela precisava realizar. Atividades estas que eram registradas, inclusive, em tabelas com a periodização de cada tarefa contendo técnicas específicas de limpeza: para higienização da sala haviam duas vassouras, uma servia para limpar a parte central do cômodo e a outra os cantos; antes de estender a roupa no varal era necessário varrer a área onde as peças seriam colocadas, caso contrário, a poeira do chão poderia impregnar as roupas limpas. O processo de feitura das atividades, permeado por detalhes, deveria obedecer a racionalidade própria existente naquele ambiente doméstico.³⁰

³⁰ Segundo McClintock (2010), as mulheres no século XIX também estiveram implicadas no desenvolvimento da racionalidade liberal. Neste século não ocorreu apenas uma crescente racionalização do trabalho nas fabricas. Esse fenômeno estendeu-se ao regime doméstico e as mulheres foram as pioneiras no processo de racionalização do lar. Utensílios tecnológicos e a utilização de horários especializados também estiveram presentes nas formulações metódicas das maneiras como o trabalho doméstico deveria ser exercido. Havia um disciplinamento inerente as

Enquanto Tia Diva vivia com Mara, sua mãe residia no extremo-sul da cidade de Porto Alegre, na Restinga. Este é o momento em que o bairro estava começando a ser povoado por conta do deslocamento dos moradores que viviam em regiões centrais da cidade. Nesta época, as pessoas foram removidas de suas residências por conta de processos de gentrificação do espaço urbano que ocorria nos principais centros da metrópole. Tia Diva frequentou muito pouco o bairro Restinga. Mara não admitia a falta de cumprimento de seu horário de trabalho para que ela pudesse ir até a zona sul da cidade realizar uma visita a sua mãe. Havia apenas um dia de descanso. De vez em quando, aos sábados, ela aproveitava para passear com uma de suas amigas; as duas costumavam caminhar pelos arredores do Bonfim. Em alguns domingos havia a possibilidade ir ao cinema, mas as regras indicavam a existência de apenas um dia de lazer: se saísse no sábado não poderia sair no domingo e vice-versa.

Tia Diva também foi babá de um dos filhos de Mara quando a mesma engravidou. Passou então a dividir-se entre as tarefas domésticas e o cuidado com a criança até o menino completar quatro anos de idade. Ao lembrar do exercício compulsório do serviço doméstico junto à privação de saída da casa durante a semana, Tia Diva equiparou sua experiência à condição máxima da subjugação: *eu vivia como uma escrava ali 24 horas por dia!* Mudar-se para casa de Mara não incidiu apenas em mudanças da sua rotina. Modificou também sua percepção sobre o seu papel no seio da família: *eu não era mais filha... eu era empregada dela!*

3.4 TRAUMAS E MEMÓRIAS DO TRABALHO DOMÉSTICO

Ao refletir sobre a experiência de trabalho de mulheres negras na diáspora, desde a travessia do atlântico até este momento, destaco que a realidade do trabalho doméstico é marcada por um modo específico de opressão estruturado a partir de percepções racistas dos papéis de gênero. O racismo generificado conforma uma dupla subordinação/confinamento das mulheres negras ao trabalho doméstico. Este cenário é estruturado por uma gama de complexa de relações que resguardam, em sua gênese, processos de desumanização e objetificação dos corpos destas mulheres.

Os acontecimentos relacionados à pandemia de COVID-19 trouxeram à tona o racismo e o sexismo inscritos no corpo e na vida das profissionais do serviço doméstico. A tragédia permitida pelo desdém a um corpo passível de ser morto, a manutenção, a qualquer custo, da

práticas de limpeza no lar. Assim, é possível demarcar que “o culto a racionalidade industrial e o culto da domesticidade formaram uma aliança crucial, ainda que oculta”. (MCCLINTOCK, 2010, p. 65).

subserviência em prol do privilégio e a necessidade da luta constante pelo direito fundamental de viver escancaram uma política de violência que tampouco se manifesta de maneira esporádica, mas que, fundamentalmente, estrutura as relações sociais sob as quais este cotidiano de trabalho se estabelece. Novamente, o que reaparece é o escracho de vidas precárias, não-humanas, suscetíveis a vulnerabilidade e a violações.

As sujeitas que aparecem na tessitura desse estudo tiveram suas relações profissionais estruturadas por essa divisão sexual e racial do trabalho, que demarcou um território no qual as mesmas pudessem se mover. Suas mães, tias e avós também foram trabalhadoras domésticas. A faxina realizada na casa de terceiros, em muitos casos, não é a ocupação profissional que as mulheres optaram por seguir; ela é, antes de tudo, uma relação de trabalho herdada que possui estreitas ligações com o período de exploração colonial. Após um processo de abolição da escravização que não destinou nenhum tipo de reparação às populações brutalmente escravizadas, muitas mulheres encontraram no serviço doméstico o único caminho para a manutenção da sua vida, dos seus filhos e, em última em instância, da própria comunidade. Como única fonte de renda, o trabalho doméstico apresentou-se como um percurso inescapável diante das ofertas existentes. O impacto do gênero na experiência do racismo, portanto, roubou suas possibilidades de atuação profissional em outras esferas sociais.

Tia Diva também teve sua infância violada no exercício compulsório do trabalho doméstico na casa da filha de sua madrinha. Sua história coloca em evidência a concreta imposição desta realidade de trabalho. Retirada da escola de forma prematura, as obrigações das faxinas se mostraram tão proeminentes em sua vida que a apreensão de outros ofícios não se apresentava como uma possibilidade. A decisão de mantê-la na cozinha e não na escola foi de Mara, mas o que está implícito neste movimento é a agência de fatores como as desigualdades sociais que permitem, diariamente, que meninas negras sejam retiradas do usufruto das suas infâncias para ir trabalhar. Tentando digerir as histórias contadas por Tia Diva, a imagem que permeava minha mente era a de um labirinto sem saída.

Ao achar que estava inserida em uma rede familiar cujos princípios de parentesco regiam suas relações, ela foi surpreendida quando percebeu que, na verdade, era um papel servil; uma relação de subserviência que definia seu status no ambiente em que cresceu. A partir de uma perspectiva radical, poderíamos nos questionar sobre as implicações destas realidades impostas para as mulheres negras acerca das distinções entre trabalho doméstico contemporâneo e trabalho escravo realizado nas plantações do período colonial. Ao fim e ao cabo, não estaríamos discutindo duas formas de trabalho forçado?

Não por acaso, Tia Diva diz: *eu vivia como uma escrava ali 24 horas por dia!* A vivência em um espaço de privação de liberdade, o exercício compulsório de determinadas atividades, a tamanha quantidade de tarefas realizadas por uma adolescente (o que caracteriza o trabalho doméstico infantil) e a prestação gratuita de um serviço que deveria ser remunerado constitui um cenário de abusos que nos remetem a uma cena colonial.

De fato, as formas como as mulheres negras experienciam o trabalho doméstico no tempo presente se assemelha às características do período colonial. Este cenário pode ser melhor compreendido se levarmos adiante a premissa de que habitamos uma realidade que não está desvinculada das amarras colonialistas do período escravocrata.³¹ Por isso, tantas figuras, estereótipos e relações sobre as mulheres negras no trabalho doméstico evocam aspectos da era colonial. É nas raízes colonialistas, inclusive, que busco fundamentar estas configurações estabelecendo uma relação estreita de continuidade entre passado e presente ou uma relação de coexistência entre passado e presente.

Eu gostaria de pensar sobre este cenário a partir da noção de *plantation memories* de Grada Kilomba (2019). Nesta obra, a autora argumenta que as sistêmicas práticas de violações materiais e subjetivas das corporalidades negras produziram um choque severo e violento nessa população, de modo que a violência colonial instaurou uma ferida que não sossa de ser aberta.

A noção de ferida colonial é compreendida através do conceito psicanalítico de trauma. O trauma é um evento que causa uma lesão. É um dano no qual algo é rompido como consequência de uma violência externa. A escravização, o colonialismo e o racismo necessariamente guardam uma experiência traumática, histórica e coletiva, de um passado de vida violento que se perpetua no presente. As principais ideias implícitas no relato psicanalítico sobre trauma o definem como: 1) um evento inesperado para o qual a resposta imediata é o choque e 2) a separação ou fragmentação da noção de atemporalidade na qual um evento violento ocorrido no passado é constantemente vivenciado no presente e vice-versa.

A partir da obra de Kilomba (2019), em consonância com as discussões conceituais mobilizadas ao longo da seção, é possível pensar que a reatualização corporificada deste passado se dá através de processos de dominação que operam tanto a partir do racismo como a partir do sexismo. No caso das histórias das trabalhadoras domésticas, o que percebemos são

³¹ A ideia de colonialidade do poder, formulada por Anibal Quijano (2002) nos provoca a pensar, justamente, na permanência da atuação de forças e poderes políticos, econômicos e culturais instituídos durante o período colonial na sociedade contemporânea. Ainda que não estejamos vivendo em uma sociedade colonialista, nossos padrões hierárquicos de relacionamento são constituídos, mantidos e reproduzidos por meio de um regime de colonialidade. Mariane dos Reis Cruz (2016) desenvolveu uma dissertação de mestrado analisando atuação desta ideia de colonialidade do poder e de gênero no trabalho doméstico.

fenômenos e acontecimentos marcados por espectros de violências engendradas por processos de desumanização/objetificação que muito se aproximam – e, portanto, reencenam – as violências coloniais. A ferida continua aberta, precisamente, a partir destes processos de atualização das memórias coloniais no cotidiano.

A ideia de plantação como experiência traumática de trabalho remete a esse significado: uma afetação, um marco, uma vivência que não é possível esquecer. O colonialismo é um passado traumático que foi memorizado. Não são apenas fatos longínquos, mas memórias vivas, enterradas em nossa psique prontas para serem recontadas/reencarnadas/reatualizadas (KILOMBA, 2019). Tais memórias coletivas impõem uma determinada experiência para as mulheres negras derivada desta história colonial.

É neste sentido que podemos pensar como o trabalho doméstico é o fenômeno que, por excelência, mantém essa engrenagem viva. Seus contornos, nuances e cenários assemelhados e configurados por uma lógica colonial reatualizam de forma constante as memórias da plantação. Também são experiências traumáticas de trabalho que, em diversos momentos, remetem os corpos destas mulheres a cenas de intensa exploração e violação de humanidade. O trabalho doméstico concentra características de um passado que também se encontram no presente. É essa ideia atemporal que caracteriza a ferida inaugurada pelo colonialismo. O serviço doméstico, portanto, anima as memórias da *plantation*; faz viver uma história coletiva que carrega consigo um acúmulo de humilhações, sofrimentos e maus tratos.

4 AGÊNCIA E APRENDIZAGEM: AS EXPERIÊNCIAS DAS TRABALHADORAS DO MORRO SÃO CAETANO

O centro de gravidade deste capítulo reside nas experiências e no cotidiano interativo das trabalhadoras do Morro São Caetano. A partir de reflexões sobre as noções de agência e aprendizagem busco analisar e descrever os aspectos que compunham as maneiras como estas mulheres construía saberes e aprendizagens entre si.

4.1 SOBRE PRÁTICAS DE AGÊNCIA

Inicialmente, irei me deter na apresentação de alguns aspectos da trajetória de vida de uma das interlocutoras que me ajudaram a pensar sobre as questões destacadas acima. Refiro a Rosa, mulher negra, trabalhadora doméstica e moradora da região metropolitana da cidade de Porto Alegre, precisamente do município de Eldorado do Sul.

Por volta dos anos 1990, ao iniciar sua relação com a família que lhe emprega ainda hoje, Rosa viu seu primeiro filho completar um ano de idade. Naquela época, com vinte anos, ela vivenciou um grande desafio: o cotidiano de convivência com a sogra. Seu objetivo era morar com a mãe do marido apenas no primeiro ano de casamento. Entretanto, o prazo estendeu-se por um conjunto de circunstâncias e a dificuldade de compartilhar uma casa com pessoas com modos de vida tão diferentes dos seus se perpetuou. *Mas tudo foi uma lição!*, assim exclamou Rosa nos momentos que discorria sobre esse episódio de sua trajetória, percebendo-se diante de um processo de amadurecimento que precisou ser trilhado por caminhos ora felizes, ora dificultosos.

Durante os sete anos que compartilhou a mesma casa com a sogra, o ditado que embalava seus dias era *quem casa, quer casa!* Foi a motivação de ter *um canto para chamar de seu* que ela optou pela mudança e decidiu adquirir uma residência própria. Mantinha algumas desconfianças em relação a postura do marido, pois desconhecia suas motivações e pensamentos sobre a mudança. Um simples gesto de interpelação bastou para esclarecer as circunstâncias: *amor, ou tu vem com nós ou nós vamos sozinhos!* O marido de Rosa concordou com seus planos e assim, deu-se o pontapé inicial para o advento de um novo marco na sua vida: a conquista da casa própria.

Nesta época, uma das irmãs de Rosa já residia no município de Eldorado do Sul. Foi através dela que Rosa e o marido conseguiram realizar o financiamento de uma casa no

município. O processo não foi despido de pequenos conflitos. Durante os momentos de ida e volta da casa sogra, Rosa e seu marido tiveram que depositar muita energia para a resolução de todas as questões burocráticas que envolviam a compra da residência com a qual sonhavam há tanto tempo. No final do processo, um respiro... A casa estava comprada, a mudança estava feita e nada parecia superar o bem-estar do imóvel adquirido. Ali estava *seu canto*, para organizar do seu jeito, com as suas manias, com as suas próprias vontades ou, para voltar às palavras de Rosa, *um lugar para você se sentir bem*.

A família foi um agente fundamental na mudança, percebendo o quanto aquilo significava para ela, tanto a realização de um sonho quanto a fuga de um ambiente que, por vezes, lhe causava desconfortos. Seus irmãos manifestaram bastante apoio nesse período de transição. Assim, o casal manteve seu foco na trilha de outros sonhos – o maior deles era a realização profissional dos filhos. Martin, seu primeiro filho, havia nascido em Porto Alegre, assim como Lua, a caçula da família. Dandara, por outro lado, *é legítima cidadã Eldoradense*.

No decorrer de nossos diálogos, Rosa sempre deixou transparecer o entusiasmo que sentia aos filhos, especialmente por todos terem ingressado no ensino superior. Dandara cursa Direito na UFRGS e será juíza. Lua está no curso de Educação Física na mesma universidade. Durante as conversas na lotação, quando a maioria das trabalhadoras relatava problemas com os filhos, Rosa sempre se via em uma *sinuca de bico*. *Eu vou dizer o que? Os meus nunca me deram problema!*

Martin cursava Contabilidade na PUC-RS e trabalhava em uma empresa de comércio de alimentos e bebidas. Sempre foi um ótimo garoto e muito dedicado. Em relação ao filho Rosa sempre destaca que *nunca teve o que reclamar*. Martin veio a falecer aos 21 anos de idade por conta do agravamento de um câncer. Além da saudade, ele deixou um sentimento intenso de orgulho no coração de sua mãe.

Rosa é filha de trabalhadora doméstica. Tal característica lhe proporcionou uma perspectiva mais ampla acerca das experiências relacionadas a ocupação. Durante os momentos em que conversávamos, sua narrativa movia-se entre passado, presente e futuro enquanto refletia sobre sua profissão. Em relação ao futuro, ela reitera a forma como condicionou a criação dos filhos em direção à qualificação educacional e profissional:

É o sonho de toda mãe, né Dani? É tu ver os filhos bem né! Porque eu não quero e nunca trouxe nenhuma das gurias aí para fazer serviço pra mim, eu sempre disse eu vou trabalhar, mas vocês não! Vão trabalhar em casa né. Mas assim, de trabalhar de empregada doméstica que nem a mãe, delas não. Nunca quis e os tempos já são outros também né Dani. Tem mais acesso, tem mais acesso né. Então como minha guria sempre foi o sonho dela né, desde pequena a única coisa que aquela guria mais velha sempre teve certeza é que ela queria fazer Direito e ser juíza. Eu disse

pra ela se tu quer fazer, então tu vai atrás do teu sonho né. Não, quando a gente quer não é difícil. É difícil pra quem escutar. Ah vai fazer direito, ser juiz... mas se tu quer vai atrás dele. Eu sempre dei todo o suporte pras gurias Dani. Tu sabe... pros três! Sempre dei todo o suporte e até hoje. (Rosa).

Ao pensar sobre o passado e o presente, ela reflete sobre suas experiências, principalmente, a partir da boa relação que estabeleceu com os seus patrões ao longo de mais de duas décadas de trabalho.

Rosa conheceu seu atual patrão quando o mesmo possuía apenas dezoito anos de idade. Ela iniciou um vínculo com a família enquanto funcionária da mãe do rapaz. Com passar dos anos, algumas mudanças ocorridas na residência fizeram com que a ocupação e as tarefas de Rosa também fossem modificadas. De acordo com seu relato, quando os filhos de sua patroa casaram ela *foi sendo distribuída* por três residências: dois dias da semana trabalhava na casa de Roberto, dois dias na casa de Carla (filha mais velha) e outros dois na casa de Dona Vilma, sua patroa.

Inicialmente, Rosa não viu com bons olhos a hipótese de trabalhar para Roberto. Naquele momento, parecia inexistente a possibilidade de construir uma relação harmoniosa entre os dois, a não ser pela figura de Bruna, esposa de Roberto, que, posteriormente, se tornou patroa e amiga de Rosa.

Com desenrolar dos meses a carga horária de trabalho passou a ser ocupada pelas atividades realizadas apenas nas casas de Carla e Roberto. Foi neste momento que Rosa teve de optar por seguir trabalhando em apenas uma das residências. A figura de Bruna foi central neste processo decisório. *Sozinha aqui*, em Porto Alegre, a moça não possuía proximidade com nenhum parente de origem pois seus pais residiam na China. Levando em consideração o relacionamento desenvolvido pelas duas durante o tempo de convívio, Rosa decidiu continuar trabalhando apenas na casa de Roberto porque, diferente de Carla, Bruna *precisava mais dela*. A relação das duas, nas palavras de Rosa, deixou de ser uma questão de *patroa-empregada*. O apego transcendeu a relação empregatícia e aquilo tudo, *virou uma coisa, assim, de outro mundo*. Nesta época, a família ainda residia na Zona Sul da cidade no bairro Camaquã.

Quando Roberto modificou seu local de residência para o Morro São Caetano, Rosa foi convidada por Bruna a seguir o mesmo caminho com sua família. O objetivo era construir uma casa para Rosa no mesmo terreno, nos fundos da casa do patrão. Seu marido demonstrou resistência à ideia e ambos decidiram não aceitar o convite. Mesmo com a possibilidade de obter todo conforto e comodidade necessário para dar continuidade a sua vida, morar em um bairro como o Morro São Caetano nunca foi uma opção. A primeira experiência de ida ao lugar foi aterrorizante. Na época, Rosa foi até o local com seu filho mais velho, juntos perderam o

horário da lotação e tiveram que enfrentar um percurso frio e solitário em um dia nublado de caminhada até a chegada em um ponto de ônibus.

Mesmo desgostosa com local de trabalho, *o amor era tanto* que Rosa decidiu ficar. Depois de um ano de convivência com o casal no Morro, ela presenciou, novamente, acontecimentos que modificaram as relações e o ordenamento desta família. Um certo dia, Rosa recebeu uma ligação de Bruna, informando que estava indo embora. O casal estava dando início a um processo de divórcio que instaurou dúvidas em Rosa a respeito do seu destino enquanto funcionária da família. Foi quando Roberto deixou explícito que a relação empregatícia entre eles estava garantida e a rotina de trabalho de ambos continuaria em estado de normalidade. Rosa não perdeu o vínculo com Bruna e seguiu prestando alguns favores a antiga patroa em razão da sua relação de consideração com a mesma.

Com o passar do tempo, Rosa assumiu um papel importante na organização e manutenção da casa, tornando-se praticamente *um Severino*³². Atualmente, Roberto casou-se novamente e teve um filho. Rosa, de forma bastante ativa, disponibilizou suporte ao casal por meio de seus serviços ao longo do primeiro ano de vida do bebê. Durante certo tempo, sua jornada de trabalho foi ampliada. Foram dias em que seu horário de saída do Morro chegava às dez horas da noite.

A luz da experiência de sua mãe, Rosa sempre procurou evidenciar como a relação de proximidade que ela estabeleceu com os patrões atestava uma diferença das formas de tratamento das trabalhadoras domésticas “nos dias de hoje” em relação a “antigamente”.

Eu não sei se tá certo mas, antigamente, como ela disse, as “Histórias Cruzadas” aquele filme, era mais assim, mas hoje em dia, porque antigamente era assim, eu me lembro que a minha mãe ela levava o gurizinho que hoje é um homem formado a empregada ia no banco de trás, ainda mais se era negra, piorou né, vamos combinar né, gurias se a gente via mais empregada doméstica negra. Então como hoje em dia, como é que eu vou te dizer, tá mais moderno essa coisa de que não se deve misturar não deve criar laços, eu acho que era uma coisa mais do passado, eu acho que hoje em dia tu trabalha na casa de uma pessoa claro que não é aquela coisa assim tua amiga porque ela te paga mas é uma coisa mais assim. Eu acho que hoje em dia já é uma coisa mais assim o patrão vai à casa da empregada. Inclusive, eu acho que hoje em dia não tem mais essa coisa de patrão e empregado. (Rosa).

Estes laços de companheirismo resultariam em uma espécie diminuição das hierarquias que constituem a relação trabalhista. A inexistência de regimes fixos entre o “espaço do patrão” e o “espaço da empregada” no âmbito doméstico implode as características da antiga relação

³² “Severino” é o nome de um personagem do programa humorístico “Zorra Total”, da emissora Globo de televisão. O personagem era responsável por resolver todos os problemas que aconteciam em cena. Além de exercer suas atividades, um “Severino” pode desempenhar outras funções eventualmente necessárias, sobretudo porque ele é a pessoa que compreende o funcionamento de todas as atividades que envolvem o trabalho.

patrão-empregada, que se estruturava por limites rígidos de distanciamento. *Hoje em dia, não existe essa coisa assim de empregada não fica aqui, come na cozinha.* Segundo Rosa, a intimidade e a consideração são registros de evidência da forma como seu dia a dia enquanto trabalhadora doméstica não é marcado por uma relação de inferiorização e subalternidade, distanciando-se da imagem de subserviência associado ao retrato das trabalhadoras domésticas no Brasil.

Por outro lado, Rosa é bastante enfática no que tange à necessidade de distanciar-se da vida privada dos patrões, levando em consideração que a sua relação com os mesmos, é, antes de tudo, uma relação profissional. Tarefas feitas em prol do bem estar da família são realizadas devido a existência de um vínculo trabalhista. Ao mesmo tempo que Rosa relata como sua relação com a patroa não ficou *uma coisa patrão-empregada*, ela afirma que só faz o serviço *porque o padrão está lhe pagando*. Aquilo que parece uma contradição em curso, evoca as complexidades próprias deste tipo de relação trabalhista.

O trabalho doméstico é uma ocupação que envolve, sobretudo, um trabalho afetivo, uma relação de cuidado. A extrema proximidade na qual convivem patrões e trabalhadoras na cena doméstica tem implicações para o modo de funcionamento desta relação de trabalho. Uma delas trata dos riscos ante a falta de formalização da ocupação profissional. Negociações não vinculadas em documentos formais e acordos não registrados em contratos, por exemplo, são realizados em meio a alta carga de sentimentos de afeto e consideração presentes nas relações entre patrões e trabalhadoras. Esta “ambiguidade afetiva” (GOLDSTEIN, 2003) pode escamotear e justificar uma série de abusos e violências contra as trabalhadoras domésticas, culminando na sustentação de ambientes de exploração.

As falas de Rosa resguardam este paradoxo: o entrelaçamento em um relacionamento afetivo de companheirismo *que não ficou uma coisa assim patroa-empregada* e a necessidade de demarcar distanciamentos e *limites* para assegurar o caráter profissional da relação de trabalho. A partir de seus relatos, ela enfatiza o quanto a relação de proximidade não pode ser um meio para o afrouxamento dos deveres e obrigações dos patrões.³³

De volta às noções de presente, passado e futuro, os discursos de Rosa sobre proximidade/distanciamento produzem uma inversão no que concerne ao modo como os sentimentos de cuidado e afeto no trabalho doméstico são encarados por uma determinada literatura sobre a temática. Para ela, um dos motivos de reconfiguração das relações entre

³³ Estas afirmações ficaram visíveis nos relatos de Rosa sobre o compartilhamento de saberes e informações do grupo de trabalhadoras do Morro discutidos nas sessões que seguem.

trabalhadora doméstica e padrões ao longo do tempo está associada a uma modernização que representa menos um distanciamento das relações afetivas entre empregador e trabalhadora e mais o avanço das relações de pessoalidade. Portanto, quanto menos impessoal, mais moderno. Esta perspectiva trai concepções teóricas ligadas aos estudos sobre trabalho reprodutivo, tais como as pioneiras discussões de Heleieth Saffioti (1978), que percebem o trabalho doméstico assalariado como uma função pré-capitalista; marcada por dimensões arcaicas e paternalistas que impossibilitam um despertar de consciência das trabalhadoras domésticas quanto a exploração vivenciada.

Não há como negar, como já explorei de forma detalhada no capítulo anterior, a maneira como as categorias de raça e gênero estruturam uma série de desigualdades inerentes ao cenário do trabalho doméstico no Brasil, colocando as mulheres negras que ocupam estas posições em uma condição de desvantagem histórica.

As falas de Rosa, de forma alguma, ignoram a dimensão subalterna a qual a sua profissão é confinada. Contudo, em outra direção, refletem os aspectos que estão além deste confinamento. Suas reflexões, constantemente, saíam de leituras mais amplas sobre as problemáticas do trabalho doméstico (precarização, racismo, desvalorização e abusos) e fixavam-se em questões mais detidas aos processos de interação cotidiana, principalmente, quando estávamos conversando sobre as trabalhadoras do Morro. Em suas narrativas da rotina, ela coloca em questão o que nomeiei de práticas agentivas das trabalhadoras domésticas. Esta concepção é fundamentada na perspectiva de Saba Mahmood (2006), que emprega a noção de agência a partir de um estudo sobre o revivalismo islâmico no Egito.

A perspectiva analítica de Mahmood é informada pelo ensejo de compreender formas de vontade e política que não se adequam às normas seculares liberais sobre quais a teoria feminista projeta suas análises. O centro de gravidade das discussões propostas por Mahmood (2006) está no que a autora chama de paradoxo da subjetivação: um processo que não só assegura a subordinação do sujeito, mas também produz os meios através dos quais ele se transforma em uma entidade autoconsciente e um agente. Significa pensar não somente em como as normas conformam a vida dos sujeitos, mas de que maneira os mesmos experienciam as normas. Diante disso, a agência é definida como uma capacidade para ação facultada por relações de subordinação específicas.

A partir da análise de um movimento pietista feminino de base das mesquitas do Cairo, no qual as mulheres se encontravam para compartilharem ensinamentos de forma mútua sobre escrituras islâmicas e rituais em busca do corpo virtuoso, presenciamos um movimento de

ruptura com as conceitualizações que enquadravam a categoria de agência em binarismos, tais como repressão/resistência; subordinação/subversão e oprimido/opressor. No seio dos polos extremos existem experiências que escapam a essa lógica dualista. Neste sentido, significa pensar não o quanto a experiência das minhas interlocutoras, seus discursos e sentidos de vida reiteram ou subvertem as estruturas opressivas que constituem suas realidades, mas sim como elas habitam essas estruturas por meio de práticas que resguardam movimentos de agência.

4.2 CONSTRUINDO APRENDIZAGENS

As empregadas do Morro São Caetano eram aquelas que sabiam da vida de todos os patrões. Muitas delas dialogavam entre si sobre as rotinas de trabalho e a relação com os empregadores, no intuito de compartilhar saberes que pudessem ser úteis para o seu dia a dia laboral e o seu relacionamento com as pessoas da residência para a qual prestavam serviços. Tais conversas também cumpriam uma função informativa em relação aos direitos legais das trabalhadoras domésticas. Caso qualquer *empreguete*, como relata Rosa, *chegasse dizendo* que não recebia férias, décimo terceiro ou qualquer outro tipo de benefício previsto em lei, rapidamente as trabalhadoras se prontificavam a disponibilizar todas as informações necessárias para que nenhuma delas deixasse de gozar dos auxílios aos quais todas possuíam direito, de acordo com a legislação.

Conforme já destaquei, estudos desenvolvidos pelo IBGE e IPEA indicam como o trabalho doméstico assalariado ainda é uma ocupação habitada, majoritariamente, por mulheres negras e pobres.³⁴ Apesar de estarem em maioria na profissão, as mesmas ocupam um lugar de desvantagem em relação a uma série de questões que compõem o cenário do trabalho doméstico no Brasil. São elas que ganham menos, possuem maior carga horário de trabalho e menos formalização de direitos trabalhistas em relação a homens e mulheres brancas.

Diante de tal contexto, as formas como as trabalhadoras domésticas se organizam em redes de solidariedade para compartilhar conhecimentos construídos a partir das suas práticas cotidianas se apresenta como um movimento importante em prol da diminuição dos episódios de exploração e abusos no trabalho.

Após o término de um período de férias no ano de 2014, Rosa ficou sabendo, a partir de uma notícia no *Jornal Nacional*, que o salário regional havia recebido um pequeno aumento. Sem saber se teria direito ao benefício, decidiu ligar para o sindicato para se informar. Durante

³⁴ Cf. nota de rodapé nº 18.

a chamada, percebeu que utilizou o número errado, já que a ligação caíra no sindicato dos empregadores e não das trabalhadoras domésticas. Mesmo assim, decidiu levar adiante a sua questão.

Achei que era o sindicato das empregadas domésticas mas era o sindicato dos patrão. Mas tudo bem, não aqui não é da empregada, é do empregador. Tu queria saber alguma coisa? Eu disse assim, eu queria, eu queria saber se empregada doméstica tem direito a salário mínimo nacional ou regional. Aí ela me disse assim ó: É o regional. E eu, mesmo trabalhando três dias na semana? E ela, sim. Empregada doméstica tem que receber o salário regional. Por que? Eu disse, não, porque o meu patrão não paga, o meu patrão é juiz do trabalho e não paga, aí ela disse assim ó, eu não acredito que o meu colega faça isso. E eu disse assim fodeu... aí fodeu... Entreguei pra amiga do patrão, mas era colega mesmo que ela era uma juíza do trabalho, né. Aí eu pensei cá comigo, aí meu deus agora vai falar pro meu patrão não sei o que... porque ela perguntou meu nome e eu disse que meu nome era Rosa. Ah, tu quer saber? É eu queria tirar uma dúvida e ela não, empregada doméstica é salário regional. Aí quer saber de uma coisa? Então tá. (Rosa).

No dia seguinte, ao chegar ao trabalho, Rosa informou à patroa sobre a necessidade de aumento do salário. Com cara de espanto, a patroa relatou que não sabia nada a respeito da nova medida. Rosa explicou que ela poderia encontrar informações na internet. No outro dia, quando chegou na residência de trabalho, os pagamentos retroativos aos valores que faltavam no seu salário *já estavam em cima da mesa*. Depois de ficar sabendo que as trabalhadoras domésticas precisavam receber o salário regional e não nacional, essa informação, certamente, não ficou apenas consigo: *E com esses conhecimentos tu vai fazendo o que? Orientando outras pessoas que era o que as empreguetes faziam, uma falava do patrão da outra, uma falava do salário da outra*.

Em meio aos relatos bem humorados, ela destacou como esses momentos de compartilhamento de saberes, relacionados tanto a questões burocráticas quanto a assuntos da ordem prática do trabalho, também faziam parte do trajeto de deslocamento até o Morro na lotação. Em uma das nossas conversas, ela me contou sobre o momento em que conversara com as trabalhadoras sobre uma lei relacionada a dívidas entre patrão/empregada e a hipoteca de casas.³⁵ Ficou sabendo dessa legislação por conta de um diálogo com a irmã do seu patrão, que também é advogada.

Neste dia específico, a mãe de uma das moradoras do bairro estava na lotação e ouviu a conversa das trabalhadoras sobre os patrões. A mesma contou o que ouviu para a filha, que demitiu a doméstica que trabalhava na sua casa na semana seguinte.

³⁵ Até 2015 o inciso I do art. 3º da Lei nº 8.009/90 previa a possibilidade de penhora do bem familiar (a residência de moradia) para pagamento de dívidas às/os trabalhadoras/es da própria residência e das respectivas contribuições previdenciárias. A partir da Lei Complementar 150/2015, o inciso I do art. 3º foi revogado.

Ainda que muitos sejam os relatos de boa convivência com os patrões, muitas trabalhadoras do Morro possuíam rotinas de trabalho árduas, lidando com posturas abusivas e desrespeitosas dos empregadores. Tais fatores acentuaram a importância dos instantes de interação com o grupo. Neles ocorriam processos formativos em que as trabalhadoras aprendiam questões valiosas para o exercício laboral, tais como a manutenção de uma boa relação com os patrões e os conhecimentos acerca de direitos e questões trabalhistas.

Sem corresponder às perspectivas relacionadas à escolarização formal, a noção de aprendizagem à qual me refiro neste trabalho é flagrada em seu sentido mais amplo, compreendendo os processos educativos como tudo aquilo que as pessoas apreendem ao longo da vida em suas práticas sociais, umas com as outras. (BITTAR, 2018, p. 195). Significa pensar a aprendizagem como um processo contínuo, inscrito na tessitura da vida cotidiana, passível de ocorrer em todo tempo e lugar. Essa concepção pode ser conceitualmente delimitada por meio da noção de “educação não formal”, isto é, tudo “aquilo que se aprende no mundo da vida como [os] processos de compartilhamento de vivências, sobretudo em espaços e ações coletivas” (GOHN, 2006, p. 40).

Segundo Lave (2015), as abordagens sobre aprendizagem no campo da educação seguiram dois caminhos analíticos. O primeiro pensa a aprendizagem como um processo de transmissão cultural. Ela aparece como um fator implícito ao ato de aquisição da cultura, como um resultado dos processos de socialização. O segundo caminho está ligado aos pressupostos racionalistas da psicologia cognitiva, em que a aprendizagem é tratada como um desdobramento cognitivo do ensino. As abordagens cognitivas da aprendizagem elaboram divisões problemáticas entre mente e corpo, sujeito e sociedade, cultura e aprendizagem (LAVE, 2015, p. 38).

Para fugir de percepções dualistas e simplistas sobre o tema penso, em consonância com Lave (2015), a aprendizagem como um processo difuso e complexo operado pelas trabalhadoras em suas práticas sociais na vida cotidiana. Primeiramente, o foco da aprendizagem direciona-se às próprias aprendizagens. Sem pressupor um corpo transcendental que detém o conhecimento a ser transmitido, o ato de aprender é consumado pelas pessoas que estão interagindo e aprendendo entre si no desenrolar das práticas comuns do dia a dia. Não há posições fixas entre educador e aprendiz se percebermos que a aprendizagem se dá por meio da participação cambiante (LAVE, 2015) na prática. É um processo multifacetado, contraditório e iterativo que comporta diversos e situados modos de criação (LAVE, 2015). Além disto, o aprender não

corresponde somente a uma operação cognitiva, se levarmos em consideração que tais práticas envolvem dimensões somáticas e sensoriais de interação com espaço/ambiente.

Nas experiências das trabalhadoras do Morro, os momentos de aprendizagem se constituem por meio da vivência em um determinado espaço movente e interativo que compreende práticas cotidianas de deslocamentos. São nos atos transitórios de idas e vindas do ambiente de trabalho que os atos de aprender são concebidos por meio dos jogos de compartilhamento de determinados conhecimentos.

4.3 DESLOCAMENTOS, TRÂNSITOS E FRONTEIRAS

“Hoje em dia as empregada doméstica, tu olha tu não diz se é empregada ou se é patroa. São bem mais instruídas, tem bem mais acesso. A minha patroa vive me chamando de rica por quê? Porque tenho carro bom, mas com suor, né, a gente... as gurias tão na faculdade. Isso daí não é ser rica, mas daí o que ela tem na cabeça dela... Que minha patroa hoje ela tem trinta anos né, Dani, então tem idade tipo assim minha filha, ela tem aquela visão de antes da empregada doméstica que era matuta, ignorante que quando os patrão davam carona sentava atrás, não podia sentar na frente, mas hoje em dia não é mais assim, tanto é que ali na lotação com as *empreguetes* era um desfile de moda, cada qual queria andar melhor que a outra”.

(Rosa).

Entre tantas frases impactantes que ouvi de Rosa ao longo das nossas conversas para a feitura do trabalho, esta que remete a sua condição socioeconômica sob o ponto de vista da patroa foi uma das que mais ressoaram em meus pensamentos ao longo do tempo. O diálogo coloca em evidência um tipo de concepção sobre as trabalhadoras domésticas que permeia o imaginário de uma série de indivíduos, sobretudo daqueles que compartilham da mesma posição social da patroa de Rosa: pessoas brancas oriundas de classes sociais abastadas. Ao ressaltar esse ponto de vista, ela o qualifica: [...] *aquela visão de antes da empregada doméstica que era matuta, ignorante que quando os patrão davam carona sentava atrás, não podia sentar na frente.*

A visão da *empregada doméstica matuta e ignorante* remete à figura da trabalhadora doméstica pouco escolarizada, em uma condição de subalternização, explorada, despida de vaidade e de bens materiais. A palavra “matuta”, em seu sentido figurado, opera no senso comum como adjetivo às sujeitas oriundas do campo, da roça e do interior. É a pessoa pouco esclarecida, sem informação, fora dos ambientes “evoluídos”. São aquelas localizadas no

espaço-anacrônico.³⁶ Do ponto de vista da patroa, é desse lugar que Rosa parte porque essa é a essência das trabalhadoras domésticas. O constante ato de insinuar que Rosa “está rica” é uma prática corriqueira de referendá-la a partir deste espaço, pois, longe de possuir alguma fortuna, Rosa “está rica” em relação a uma condição de miserabilidade, ao qual todas as trabalhadoras domésticas, supostamente, estão.

Esta singela brincadeira resguarda um movimento de fixação das trabalhadoras domésticas em uma determinada posição social, se considerarmos que as dinâmicas das suas vidas são percebidas através de um olhar essencializador. O que está em jogo nesse cenário, portanto, é a operacionalização de uma imagem de controle³⁷.

As imagens de controle não são apenas simples representações ou estereótipos designados a um grupo específico de pessoas com características singulares. Elas operam uma dimensão ideológica do racismo e do sexismo em sua articulação enquanto uma matriz de dominação (COLLINS, 2019a). É uma imagem que funciona a partir de uma lógica autoritária de poder que nomeia, caracteriza e manipula significados sobre a vida das mulheres negras. (BUENO, 2020). Tais significados, como o caso de Rosa, não correspondem ao conteúdo das definições que as trabalhadoras realizam de si mesmas.

As percepções de Rosa, bem como de outras trabalhadoras domésticas, permitem a captura de práticas, falas e imaginários sobre a realidade social que difere de concepções hegemônicas dos grupos dominantes. Ademais, o processo de deslocamento realizado pelas interlocutoras desta pesquisa até seus locais de trabalho não estavam, somente, relacionados ao processo de mobilidade física no espaço citadino, mas fronteiras *simbólicas* também era adentradas.

Por volta dos anos 2010, enquanto morávamos na região metropolitana da cidade de Porto Alegre, lembro-me dos momentos que minha mãe chegava em casa exausta depois do trabalho. O expediente que contava com seis horas formais de serviço se transformava em oito horas e meia com acréscimo do tempo que ela passava no transporte público. Assim que chegava em casa, reservava um tempo para alimentação e se dirigia às tarefas domésticas.

³⁶ McClintock (2010) utiliza a ideia de espaço anacrônico como a invenção do arcaico promovida pelos deslocamentos dos europeus até as terras colonizadas. “A diferença geográfica através do espaço foi figurada como uma diferença histórica através do tempo”. (MCCLINTOCK, 2010, p. 73) Os colonizados eram sujeitos localizados neste espaço atrasado; figurado em um tempo primitivo diferente do colonizador. As classes degeneradas das cidades urbanas também viviam sob um regime de anacronismo histórico. “A atuação das mulheres, dos racializados e da classe trabalhadora era negada e projetada em espaço irracional, inerentemente deslocado no tempo histórico da modernidade”. (Id., *ibid.*, p.72).

³⁷ Para uma discussão detalhada do “conceito de imagens” indico a obra “Imagens de Controle: um Conceito do Pensamento de Patrícia Hill Collins” de Winnie Bueno (2020).

Enquanto organizava aqueles itens que eu não havia higienizado de maneira correta, ela me contava sobre o longo dia de trabalho.

Naquele instante, eu obtinha informações pessoais de indivíduos que eu nunca tinha visto presencialmente. Passei a conhecer trajetórias de vida de pessoas que estavam muito longe de mim, mas que eram muito próximas de minha mãe. Ela, de fato, conhecia a forma como aquelas pessoas pensavam e interagiam entre si. O trabalho de minha mãe fazia com que ela habitasse, no mesmo dia, dois mundos com características significativamente diferentes. Ele lhe proporcionava conhecimento sobre duas realidades bastante distintas. No fim do dia, experienciávamos a pobreza ao mesmo tempo que conhecíamos muito as formas de vidas das classes médias-altas da cidade.

Assim, penso como as trabalhadoras domésticas articulam suas percepções sobre o mundo através de um espaço fluído que está atrelado a movimentos de transitividade sobre realidades com características diferentes entre si. Ao proferirem relatos sobre suas experiências, as mesmas mobilizam um lugar de enunciação localizado em um espaço de fronteira. Patrícia Hill Collins (2019a) reflete sobre essa condição a partir da ideia de *outsider whintin*.

O conceito pode ser traduzido através da noção de “forasteira de dentro”, que remete às mulheres que permanecem simultaneamente como *insiders* e *ousiders* em determinados ambientes. A experiência das trabalhadoras do Morro São Caetano é atravessada por esse jogo: ao passo que estão, significativamente, inseridas na vida das famílias para as quais prestam serviços, elas permanecem como *outsiders*, ocupando um lugar à margem, porque algumas circunstâncias as colocam em um lugar externo aquele *locus* social. Tais relações possibilitam o desenvolvimento de um ponto de vista sobre *self*, a família e a sociedade que difere de concepções outras, por vezes, inundadas de estereótipos e imagens de controle.

A noção de *outsider whintin* possui correlação com estudos sobre as categorias de mestiçagem e fronteira. Uma das expoentes destes debates é a feminista Gloria Anzaldúa. A autora chicana reivindica uma epistemologia da diferença interseccional, buscando romper com uma visão excludente das alteridades deslegitimadas e expurgadas dos espaços de poder. Tais reivindicações dão forma a sua teoria da identidade mestiça. A “nova mestiça”, tal como se refere Anzaldúa (1987), é uma sujeita que possuiu consciência multifacetada, por meio de práticas performáticas transversivas ela ocupa o mundo em constante sobreposição/deslocamento. (AVILA; COSTA, 2005).

Os saberes desenvolvidos sob esse ponto de vista entram em circulação nas práticas cotidianas de interação das trabalhadoras mediadas por um processo de deslocamento tanto físico quanto simbólico. A perspectiva destas mulheres, portanto, é forjada neste espaço fronteiriço. Esse é o exato cenário cuja articulação de determinadas estruturas de opressão possibilitam o desenvolvimento de práticas de agência específicas. No caso desta reflexão, tais práticas estão relacionadas a construção de um corpo coletivo de saberes e aprendizagens.

A potencialidade destes movimentos reside nas práticas de autodefinição e autoavaliação inseridas nos processos de produção de conhecimento das mulheres racialmente marcadas. (COLLINS, 2019a). A autodefinição significa desafiar as imagens de controle definidas exteriormente por aqueles dotados de legitimação para tal. Ao autodefinir-se, mulheres negras estão colocando em curso tensionamento ao que tem sido visto e dito sobre sua condição. Mas também estão criticando a credibilidade e as intenções daqueles que tem o poder de engendrar tais definições sobre os seus corpos. O processo disruptivo das imagens comumente atribuídas às trabalhadoras domésticas contido nas falas de Rosa possui um caráter autodefinido, que está diretamente ligado à dinâmica de poder envolvida no ato de projeção destas imagens do *self*.

A autoavaliação diz respeito ao conteúdo das autodefinições. Neste caso, significa pensar como as trabalhadoras desenvolvem avaliações sobre as suas próprias condições de vida, diferentes daquelas ditadas pelas imagens de controle. Projetar uma avaliação sobre si que contém um conteúdo positivo em face às depreciações dos estereótipos são práticas que se chocam com o caráter objetificador de algumas definições externas, isto é a desumanização postulada pelas opressões estruturais de gênero e raça.

Os conhecimentos das trabalhadoras construídos pela experiência correspondem a linhas de tensão que se chocam com o ordenamento naturalizado da vida. Eles não necessariamente correspondem a uma subversão que instaura modificações nas estruturas sociais, nem mesmo a um modo de reiterar as opressões sofridas. Por outro lado, eles se constituem como movimento produtor de tensionamentos. São fluxos rebeldes, inquietos e barulhentos, que se confrontam o tempo inteiro com imagens substancialistas das experiências destas mulheres.

4.4 ESCRE(VIVENDO) A PAISAGEM DO MORRO SÃO CAETANO

Por volta das cinco horas da tarde, em um dia típico do final de temporada da primavera, saí de casa para ir ao encontro de Rosa no Morro São Caetano junto com minha mãe. Diante da

incerteza a respeito dos horários de circulação da linha 20.1 – Medianeira, optamos por utilizar o serviço de um dos aplicativos de transporte privado.

Dentro do carro o tema que ditava o assunto da conversa entre eu, minha mãe e o motorista estava ligado ao clima de incerteza que pairava sobre o país diante da chegada de uma pandemia global ocasionada pela disseminação do COVID-19. No momento em que passamos em frente ao Hospital Espírita de Porto Alegre, instantaneamente, nossa conversa se voltou para a paisagem que fora rapidamente modificada ao adentrarmos o bairro Morro São Caetano. Começamos a falar sobre a arquitetura das casas e da segurança da localidade.

Durante os primeiros meses em que minha mãe trabalhou no bairro, lembro-me que não compreendia porque utilizávamos a denominação “morro” para se referir ao local. Naquela época, eu atribuía o significado da palavra somente às grandes favelas da cidade do Rio de Janeiro, retratadas nos jornais televisivos durante reportagens que abordavam os problemas da violência e da miserabilidade. Aparentemente, não fazia sentido utilizar essa expressão para se referir a bairros de classe média alta. Dentro do carro recordei essa ingênua lembrança diante da sensação de distanciamento do resto da cidade que conformava nossa percepção sobre o espaço.

A sensação de distanciamento se dava pela mudança brusca das características do ambiente entre a saída das imediações do bairro Medianeira para a entrada no Morro São Caetano. A essa altura, o paradoxo em relação à nomenclatura do local estava desfeito. De fato, estávamos subindo um Morro. As ruas ficavam cada vez mais estreitas e inclinadas na medida em que percorríamos as diversas curvas que compunham o trajeto. Em alguns trechos as calçadas são extremamente pequenas. Na parte traseira das residências, há muitos terrenos descampados onde podíamos enxergar um morro mais íngreme. A maioria das construções são grandes – em minha singela percepção, imensas – quase todas possuem dois ou três andares. Os muros e os cercados são altos, mas não o bastante para esconder de maneira completa o formato das casas e os seus bonitos jardins. Fazíamos o principal trajeto de acesso ao bairro pela Rua Deputado Astério de Melo. Todo o caminho é asfaltado, mas algumas vias – ramificações desta avenida principal – são constituídas por outro tipo de calçamento formado com paralelepípedos.

As calçadas, estreitas ou mais largas, possuem muitas árvores. Tal peculiaridade confere um tom predominantemente verde ao cenário do local, ainda que as cores das construções sejam diversas. Há muita sombra, o que acarreta uma presença maior de passagens úmidas e com limo durante o trajeto. Minha mãe constantemente afirmava quão pavorosa era a experiência de

caminhar pelo Morro na estação do inverno e em dias chuvosos, porque a circulação de pedestres por ali ficava ainda mais escassa. Neste momento a compreendi. O bairro, realmente, parecia ser despovoado. Não contabilizei a presença de nenhum morador durante todo o momento que estivemos dentro do carro.

O dia nebuloso e o pouquíssimo barulho das redondezas ajudaram a formar a sensação de frieza e o clima desértico que se instalava na medida em que íamos adentrando o Morro. Percepção oposta àquela que tínhamos antes da subida, onde visualizávamos ruas cheias, barulhentas e com muito movimento. Durante conversas anteriores, Tia Diva e Rosa, ao rememorarem suas primeiras visitas ao Morro, compartilharam as mesmas percepções em relação a essas características do local:

Quando eu fui para lá, guria... eu chorei! Eu chorei porque eu disse: “o que eu estou fazendo aqui?” O que eu estou fazendo aqui porque eu gosto de gente, eu gosto de barulho, eu gosto de poluição e lá não tinha nada disso. [...] Um dia fui eu e o meu guri lá e nós perdemos a lotação e nós fomos caminhando. Aquele dia eu jurei para mim mesma, nunca mais. Foi logo quando eles [os patrões] se mudaram, sabe? Mas tá, o amor era tão grande que eu continuei, daí fomos, ajudamos arrumar a casa e aquela coisa toda. (Rosa).

Eu fui indicada por uma ex-colega de serviço, que eu me aposentei em um mês, no outro mês ela me disse: “o que tu estás fazendo?” Eu disse: “nada!” Daí ela: “tu quer cuidar de uma menina de um ano e quatro meses?” Eu digo “quero”. Daí o primeiro dia que eu fui, eu disse “eu não quero vir é muito longe”. A lotação já estava fazendo o retorno para descer o Morro. Mas daí eu fui, conversei com a moça e disse “vou ficar”. (Tia Diva).

Nosso trajeto de carro chegou ao término e, enfim, desembarcamos em um dos pontos importantes desta trama: a praça que resguarda o fim da linha de transporte 20.1 – Medianeira, local de desembarque das empregadas para ida ao trabalho e ponto de referência para saída em conjunto de algumas delas no fim do expediente. Confesso que não reconheci a localidade enquanto uma praça, até minha mãe me indicar verbalmente onde havíamos chegado. O lugar estava rodeado por uma grama alta que bloqueava nossa visão sobre a localidade. Saíamos da rua que desembarcamos e nos dirigimos a uma das vias laterais da praça. Daquele lugar consegui perceber dois bancos de concreto, uma placa escrita “pare”, outra indicando o nome da rua ao lado e alguns postes finos, também de concreto, que cercavam a praça em uma de suas laterais.

Pesquisando sobre as nomeações oficiais das ruas do bairro, constatei que não há uma catalogação oficial daquele espaço como uma praça pública. Durante as entrevistas com Rosa, Tia Diva e minha mãe, todas usavam a palavra “praça” para se referir a este lugar. Desde então, imaginei aquele espaço com todos os atributos que o senso comum confere à imagem de uma praça: um ambiente apropriado para lazer, práticas esportivas, com alguns bancos, brinquedos

para crianças etc. Entretanto, quando descemos do carro, percebi que o cenário do local não correspondia a esta imagem que construí.

A praça era, na verdade, mais uma área verde – entre tantas outras que há no Morro – formada por seis cruzamentos de quatro vias diferentes: Rua Deputado Astério de Melo, Rua Pedro Paulo Scheunemann, Rua Ribeiro Tacques, Rua Fernando Osório e Rua Lida Monteiro. No seio da praça, onde nos encontrávamos minha mãe e eu, fiquei impressionada com o formato espacial daquela área, que por si só possibilitava um encontro de caminhos.

Circulamos em torno de vinte minutos pela praça e depois nos dirigimos ao condomínio no qual Rosa trabalha. Percorremos uma rua um pouco mais estreita em relação às outras. Haviam ali apenas duas casas. Uma delas, localizada ao lado de uma guarita com vidro escuro fumê do condomínio, possuía cores brancas e roxas e era protegida por um cercado de concreto. Foi uma das poucas residências que encontramos com janelas e portas abertas. Segui olhando de maneira atenta para a arquitetura do lugar, ao mesmo tempo em que registrava em um bloco de anotações algumas palavras que ilustravam as principais questões que haviam me suscitado até o momento. As distâncias entre as casas da área circunscrita do condomínio eram grandes. Rosa trabalha na última residência do local, em um espaço que nossa vista não alcançava enquanto estávamos em frente à entrada das residências.

Eu e minha mãe continuávamos na trilha de uma conversa instigante sobre as experiências que ela vivera naquele lugar. Lembrou-me que quando ela e Dona Dida³⁸ vinham juntas de lotação no inverno, ela seguia caminhando pela via principal para chegar ao trabalho, enquanto sua amiga ficava na esquina entre a rua do condomínio e a Rua Deputado Astério de Melo até minha mãe chegar no serviço.

Enquanto conversávamos, além de redigir anotações, eu também fazia sinais com os dedos, apontava para as casas e circulava pelas calçadas das ruas estreitas. Completamente imersa na performance da pesquisadora em campo, minha postura se assemelhava a de um detive que buscava capturar todas cenas que eu estava participando e tentando observar, ao mesmo tempo. Foi neste momento que minha mãe começou a solicitar que eu diminuísse os gestos e os olhares em direção a casa roxa ao lado do condomínio. Se eu continuasse agindo

³⁸ Dona Dida era uma das trabalhadoras domésticas mais velhas do Morro. Uma conselheira exemplar e sempre “muito faceira” (como rememora minha mãe), Dida era uma mulher negra com mais de 80 anos que teve 23 filhos. Conheci Dona Dida quando eu tinha apenas 13 anos de idade. Lembro de sua pele retinta e de seu sorriso brilhante enquanto soltava risadas longas e altas. Era uma pessoa de muita sabedoria e com muita experiência. Infelizmente, faleceu em 2019 em decorrência do agravamento de um câncer. Como escreve minha mãe, “Dona Dida é a estrela que cuida de nós”.

daquela maneira, provavelmente, as pessoas que estavam na residência *iam mandar subir alguém*.

Minha mãe estava se referindo aos seguranças privados que fazem a vigia do bairro. Normalmente, esses funcionários trabalham realizando monitoramentos de motocicleta. Eles são contratados por meio da associação de moradores. Segundo minha mãe, assim que qualquer atividade incomum é detectada no bairro, como a circulação de pessoas desconhecidas, a segurança é acionada pelos moradores para inspecionar o local.

Muitas das trabalhadoras do Morro acabaram tornando-se conhecidas dos seguranças e vice-versa, mas fazia tanto tempo que minha mãe não visitava o antigo bairro de trabalho que ela ficou com receio de continuarmos ali por muito tempo. Enquanto eu modificava minha postura, tentando fazer com que meu corpo parecesse ser menos “ameaçador”, ela seguia me interpelando: *guarda esse celular também, a gente nem sabe se tem alguém dentro dessa guarita, se for alguém conhecido até tudo bem, se for estranho, eu não quero me incomodar*.

Alguns minutos depois, contamos com a presença de um funcionário da empresa de segurança entrando na rua onde estávamos. Um homem com uniforme azul marinho, com capacete preto, portando um cassetete. Ele passara com a motocicleta ao meu lado, realizou a abertura do portão elétrico e adentrou o condomínio.

Minha mãe decidiu questioná-lo caso voltasse. Pensou em perguntar sobre Rosa, em parte, para saber se de fato estava no trabalho, mas também para descartar qualquer suspeita informando ao segurança o que estávamos fazendo ali. Após algum tempo o rapaz com a motocicleta voltou. Perguntamos a ele se conhecia uma moça negra, baixa e com cabelos loiros que trabalhava no condomínio. Ele respondeu que sim, mas que não havia visto-a naquele dia. Depois deste instante continuamos presas em uma sensação de medo, cautela e constante observação dos arredores até o momento de encontro com Rosa.

Durante os quatro anos em que estive na universidade, em contato com os espaços negros de ativismo, presenciei muitos debates e discussões relacionadas aos estigmas que a população negra diariamente precisa enfrentar. A partir de uma tomada de consciência sobre minha negritude, encarnei uma postura crítica e de enfrentamento em todas as situações em que eu poderia ser vítima de qualquer prática discriminatória. Eu não estava preocupada com os moradores e nem mesmo com os seguranças. No caso de qualquer adversidade, eu estava pronta para assumir uma postura crítica a quaisquer práticas discriminatórias. Afinal de contas, não estávamos realizando nada ilegal. O bairro é um espaço público da cidade onde, suspostamente, todas as pessoas podem circular.

Posteriormente, percebi como meu posicionamento incorria em muitos riscos naquele momento. Ter consciência da dimensão racista das práticas dos moradores e dos seguranças não eliminava o fato de que eu precisava estar em estado constante de vigilância, porque os sentidos de suspeita e ameaça projetados sobre os nossos corpos nos colocavam em um estado de vulnerabilidade. Ciente deste contexto, minha mãe, a todo momento, corrigia meus trejeitos, indicava o que eu deveria fazer, ensinava-me como me portar naquele espaço visando minha proteção. A minha experiência de subida ao Morro São Caetano também resguardou um momento de grande aprendizado que estava diretamente ligado a ações de proteção, cuidado e afeto, tal como as trabalhadoras domésticas articulavam entre si.

O conhecimento sobre aquele local e as ameaças que ele poderia ensejar foram construídos a partir das experiências que minha mãe adquiriu ao longo dos anos em que atuou como trabalhadora doméstica no Morro. Partindo disso, ela agiu comigo da maneira como agia com as outras trabalhadoras. Isso significava indicar os caminhos possíveis de serem percorridos e as atitudes possíveis de serem assumidas através de um processo que envolvia a construção de um determinado aprendizado, concernente às vivências próprias de um corpo negro e feminino no mundo.

5 NOTAS FINAIS: A EXPERIÊNCIA VIVIDA COMO CRITÉRIO DE SIGNIFICADO³⁹

Iniciei este trabalho discutindo os pressupostos que fundamentam a perspectiva metodológica a partir do qual este estudo foi desenvolvido. Destaquei como a noção de escrevivência oferecia mecanismos que levavam em consideração as diversas complexidades que compunham a delimitação do meu campo de estudos, além de ensejar uma nova forma de pensar o conhecimento, no qual os lugares de pesquisador (ativo) e objeto (passível de observação) são desconfigurados.

Uma das questões centrais estava relacionada ao conceito de experiência. Evidenciei como essa noção é importante para a forma como as mulheres negras acadêmicas produziam conhecimento. Ao longo das reflexões desenvolvidas, argumentei como a experiência também é um fundamento importante para os modos como as trabalhadoras domésticas produziam conhecimento. Demonstrei como essa característica, atrelada aos espaços de fronteira que algumas mulheres negras habitam em seus cotidianos, possibilita o desenvolvimento de um lugar de enunciação específico a partir da noção de *outsider within* (COLLINS, 2019a).

Estes dois pontos, portanto, caracterizam a maneira como o grupo estudado promove redes de solidariedade e cuidado que culminam em processos de aprendizagem acerca da realidade em comum vivenciada. Tais singularidades expressam um *continuum* entre as práticas de produção de saber das trabalhadoras domésticas e aquelas que foram ensejadas neste trabalho. A aprendizagem que tive através da experiência de peregrinação pelo Morro junto com minha mãe foi apenas uma entre tantas outras que passaram a informar a maneira como eu penso analiticamente sobre o mundo. Assim, percebo como seus conhecimentos estão diretamente implicados no meu fazer-teórico.

Essas relações estão diretamente ligadas ao compartilhamento de um espaço social comum às mulheres negras, conforme descrevi anteriormente. O traço primoroso desta coletividade está na sua dimensão produtiva enquanto pensamento que tensiona os sistemas de desigualdades. Tal forma de pensar e agir a respeito da vida delineou o surgimento de uma tradição intelectual negra específica chamada por Collins (2019a) de “pensamento feminista negro”.

³⁹ Este título reproduz a nomenclatura de um subcapítulo da obra *Pensamento Feminista Negro* (COLLINS, 2019a).

De forma pioneira na década de 1990, a autora ordenou os aspectos que compunham os principais temas e metodologias da intelectualidade das mulheres negras pensando na maneira como tais reflexões conformam uma epistemologia própria.⁴¹ A noção de escrevivência, enquanto ferramenta metodológica, está inserida nesta epistemologia que toma o compartilhamento de uma base material e de experiências semelhantes como pilares para instituição de um ponto de vista singular na produção científica.

O pensamento de mulheres negras é constituído por todos os saberes compartilhados por mães, trabalhadoras, escritoras, ativistas, professoras, religiosas e líderes comunitárias que dão forma a ideias próprias sobre o significado da condição de ser mulher negra (COLLINS, 2019a). Ao longo da obra, Collins realiza uma cartografia da produção intelectual das mulheres negras para traçar pontos de intersecção entre as perspectivas que definem os traços distintivos e os temas centrais refletidos por tal ponto de vista. Um aspecto importante retomado pela autora é a diversa composição de mulheres negras que animam esta tradição intelectual. Nela, encontram-se mulheres que ocupam altos postos em esferas institucionais de educação formal, mas também mulheres não escolarizadas. Assim, operam-se deslocamentos de sentidos atribuídos à intelectualidade e à legitimação de determinados modos de saber e aprender em relação à construção de conhecimento.

Historicamente, a ciência moderna constituiu-se a partir de um projeto sistêmico de apagamento e destruição de outros modos de conhecimento que não fossem aqueles ditados pelo racionalismo positivista. As práticas legítimas de produção de conhecimento foram reduzidas aos métodos científicos construídos a partir de uma perspectiva que desvaloriza saberes construídos fora dos parâmetros canônicos.

O ato de conhecer passou a ser vinculado à ciência enquanto experimentação, sistematização e abstração. Tal procedimento está atrelado a imagem do cientista que se afasta do mundo para teorizar sobre ele. (GOMES, 2017). Este tipo de concepção contribuiu para a desvalorização de determinados saberes tradicionais no campo de escolarização formal em geral e não só em instituições como as universidades. A escola básica, aquela em que as

⁴¹ O Pensamento feminista negro, enquanto teoria social crítica, é um arcabouço de saberes e conhecimentos que refletem o cotidiano e as prioridades das mulheres negras. Ele é um mote de reflexões críticas desenvolvidas em prol da superação da subordinação social das mulheres negras. Enquanto epistemologia ele possuiu quatro critérios fundamentais: a experiência vivida invocada como critério de credibilidade; o caráter dialógico e coletivo da composição do conhecimento que rompe com separação entre sujeito/objeto na produção intelectual; a ética do cuidado e a ética da responsabilidade individual. Para uma sistematização dos discursos intelectuais de feministas negras, tanto do ponto de vista normativo quanto descritivo das reflexões, é possível destacar a brilhante tese de doutoramento de Ana Claudia Jaquette Pereira (2016) sobre o pensamento social e político do movimento de mulheres negras no Brasil. Neste trabalho, a autora vincula as concepções teóricas e epistemológicas do pensamento feminista negro.

crianças, jovens e adolescentes passam muito tempo de suas vidas, reproduz hierarquias a respeito das formas legítimas e não legítimas de conhecimento. A estes processos de subalternização e, até mesmo, aniquilamento das formas de saber localizadas fora dos espectros hegemônicos de conhecimento, nomeamos de epistemicídio.

Em relação às sujeitas/os negras/os, o epistemicídio, conforme argumenta Carneiro (2005), guarda mecanismos violentos de desqualificação que se ligam a outros processos severos de subjugação.

Para nós, porém, o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso a educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender etc. É uma forma de sequestro da razão em duplo sentido: pela negação da racionalidade do Outro ou pela assimilação cultural que em outros casos lhe é imposta. (CARNEIRO, 2005, p. 97).

Os saberes subjugados das populações marginalizadas, ao confrontarem-se com o epistemicídio, tensionam este “padrão excludente e regulador marcado por normas, regras, rituais, pela divisão dos conteúdos, pelo cognitivismo, pela ideia do conhecimento científico como única e privilegiada forma de saber, pela ordem e pelo disciplinamento dos corpos”. (GOMES, 2017 p. 134).

O pensamento de mulheres negras se constituiu em constância com essas qualidades distintas. O conhecimento, neste caso, está ligado ao ato de experienciar o mundo. Significa não se afastar, mas, sim, mergulhar nas práticas cotidianas. Segundo Collins (2019a), as mulheres racialmente marcadas são socializadas em nexos relacionais e complexos, nos quais o comportamento é governado mais por regras contextuais do que por princípios abstratos. Esse contexto estaria na gênese dos modos característicos de conhecer desta coletividade. Assim, mulheres negras vivenciam modos de saber e aprender que estão sempre localizados no corpo e espaço que elas ocupam.

Essas características são utilizadas para mediar e avaliar reivindicações de conhecimento mais abstrato. [...] Essas formas de conhecimento permitem o surgimento de uma subjetividade entre conhecimento e conhecedor, residem nas próprias mulheres (e não em altas autoridades) e são vivenciadas diretamente no mundo (e não por intermédio de abstrações). (COLLINS, 2019a, p. 414).

No momento em que tais modos de se relacionar com o aprender e o conhecer adentram os canais institucionais de produção científica como os ambientes acadêmicos, presenciamos modificações substantivas nas maneiras de fazer ciência. Dois pontos são fundamentais em relação a esse processo. O primeiro trata, como já indicado na parte inicial deste trabalho, da radicalidade dos processos corporificados de construção da ciência. (HARAWAY, 2009). Em segundo lugar, a incorporação dos conhecimentos historicamente desvalorizados à compreensão das questões relacionadas a vida social possibilita movimentos de simetrização entre fazer-teórico e a construção de saberes comuns.

O percurso que resguarda um elo de continuidade entre os saberes de minha mãe e aqueles que forjei ao desenvolver esta pesquisa demonstram, efetivamente, a simetria dos valores epistemológicos entre dois modos de conhecimento desenvolvidos a partir de um elo comum: um fundamento experiencial e um ponto de vista singular. Quando percebemos que práticas comuns de conhecer e aprender informam a maneira como determinadas sujeitas concebem suas construções analíticas, enfatizamos o aspecto valorativo de uma determinada sabedoria subjugada por padrões hegemônicos de legitimação e valoração do conhecimento. No caso das trabalhadoras domésticas, essa sabedoria subjugada conforma-se também pelas experiências de trabalho.

Apesar do compartilhamento de desafios e pontos de vista sobre o mundo, as mulheres negras, conforme destaca Collins (2019a), não possuem experiências estritamente idênticas e nem sempre interpretam tais experiências de maneira convergente. É necessário pensar, portanto, como diferenças individuais, mas que partem de lugares comuns, produzem diferentes padrões de conhecimento experiencial. Além disto, se nos atentarmos para esses fluxos de saberes que percorrem diferentes espaços da vida social, é necessário ter um olhar diferencial sobre a incorporação das sabedorias comuns às teorizações e sistematizações acadêmicas.

A primeira questão remete aos objetivos e implicações das práticas de produção de conhecimento. Ainda que as formas de saber e aprender das trabalhadoras do Morro se assemelhem às minhas porque compartilhamos uma condição de vida comum, muitos traços as distinguem. Há em minhas práticas o ensejo de desenvolver um arcabouço reflexivo, que, dentre outros objetivos, visa projetar um conhecimento propriamente acadêmico sobre o mundo analisado. Isso é feito, também, por meio de referenciais teóricos ligados ao campo de saber ao qual me filio. Tenho em minha mente o ensejo de desenvolver um projeto de conhecimento em relação ao fenômeno refletido. Os conhecimentos forjados na interação entre as trabalhadoras,

bem como aqueles mobilizados por minha mãe em direção a minha proteção, estavam ligados a outras finalidades, portanto, possuíam outras implicações. Os desdobramentos de tais práticas estavam ligados às necessidades de prestar suporte e ajuda às mulheres do grupo.⁴³

O segundo ponto se refere às mediações de poder desenvolvidas por aquelas intelectuais que habitam um espaço de fronteira epistêmica. Enquanto mulheres negras que priorizam os aspectos experienciais na conformação do conhecimento, partimos de pressupostos e categorias teóricas que se fundamentam nas práticas comuns do nosso cotidiano, isto é, nos elementos de nossas famílias, das culturas locais e das comunidades. Conforme argumentei ao longo do trabalho, tais características produzem uma série de aspectos benéficos que deslocam muitos pressupostos racistas, sexistas e cisheteronormativos acerca da produção científica.

Estes saberes insurgentes são demandados por sujeitas que adentraram o ambiente acadêmico por meio de políticas de ações afirmativas que impactaram significativamente a possibilidade de ingresso de estudantes negros, pobres e indígenas nas universidades. Minha experiência com o ensino superior está relacionada a este contexto, assim como as das filhas de Rosa. Em algumas de nossas conversas ela me contara sobre a postura crítica que ambas as meninas assumiram na universidade. As manifestações de Lua e Dandara em casa impactam a perspectiva de Rosa sobre alguns assuntos. Lembro-me quando me disse que *com as filhas na faculdade também fica mais difícil de ser enganada*.

Tais intelectualidades também estão implicadas em um espaço movente. Seus dias são constituídos por deslocamentos entre fronteiras simbólicas e físicas. Suas ideias viajam de um lugar ao outro impactando os ambientes habitados. Segundo Collins (2019b) estes indivíduos ocupam um lugar de tradutores entre as diferentes comunidades interpretativas que percorrem. São sujeitos/as que servem como mediadores entre línguas, culturas e pessoas. Eles não apenas interpretam os significados variantes através de cenários sociais, políticos e intelectuais diferentes, mas também criam novos conhecimentos em espaços fronteiriços. Como tradutores os indivíduos podem optar por comportar-se como mediadores de poder que explicitam os interesses dos grupos dominantes. Portanto, guardam as fronteiras e não provocam desajustes aos modos de hierarquização entre conhecimentos. São eles que escolhem quais ideias merecem ser traduzidas nos dois lados poder (COLLINS, 2019b).

⁴³ Para além das discussões realizadas por teóricas negras que conformam as bases analítica deste estudo, outros importantes autores contemporâneos das Ciências Sociais mobilizaram reflexões a respeito destas questões. Sobre práticas de simetria entre saberes comuns/tradicionais e saberes científicos na construção do fazer antropológico, é possível destacar as obras de Viveiros de Castro, em especial, o artigo “Nativo Relativo” publicado na revista *Mana* em 2002. Sobre padrões diferenciais de relação com conhecimento, destacam-se os pensamentos de Marilyn Strathern no artigo “Os limites da auto antropologia” (2014), bem como as reflexões de Pierre Bourdieu no capítulo “Objetivar a objetivação”, da obra “O senso prático” (2009).

No percurso que envolve assumir um pensamento “nativo” enquanto episteme é necessário agir de forma não dissociada das reivindicações e das práticas coletivas dos ambientes de que somos oriundos. Isso não significa introduzir uma nova maneira de pensar, de modo que estes saberes apenas se cristalizem nos espaços hegemônicos. Representa, isto sim, atuar enquanto **ativista intelectual** (COLLINS, 2019b). É mobilizar traduções que não apenas transfiram uma determinada concepção de mundo de um ambiente a outro sem afetar as distinções hierárquicas que estruturam as fronteiras. Mas antes disso, projetar espaços insurgentes que possam corromper ordens hegemônicas de cristalização das diferenças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABU-LUGHOD, Lila. A escrita contra a cultura. **Equatorial**, Natal, v. 5, n. 8, jan./jun. 2018.
- ANZALDÚA, Gloria. **Borderlands/La Frontera: The New Mestiza**. San Francisco: Aunt Lute Books, 1987.
- ARAÚJO, Rosângela de O. S. A. “**Escrevivência**” de **Conceição Evaristo em Ponciá Vicêncio**: encontros e desencontros culturais entre as versões do romance em português e em inglês. 2012. Tese (Doutorado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.
- AUGÉ, Marc. **Não-Lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. São Paulo: Papirus, 1994.
- BACH, Ana María. **Las voces de la experiencia: el viraje de la filosofía feminista**. Buenos Aires: Biblos, 2010.
- BAROSSO, Luana. (Po)éticas da escrevivência. **Estudos da literatura brasileira contemporânea**, n. 51, p. 22-40, 2017.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze. Sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil. teorias da descolonização e saberes subalternos. 2007. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- BISPO, Ella F; LOPES, S. A. T. Escrevivência: perspectiva feminina e afrodescendente na poética de Conceição Evaristo. **Revista Língua & Literatura**, v. 35, n. 20, p. 186-201, jan./jun. 2018.
- BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp, 2007.
- _____. **O senso prático**. Tradução de Maria Ferreira. Petrópolis: Vozes, 2009.
- BRAH, Avtar. Diferença, Diversidade, Diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 26, p. 329-376, 2006.
- BRASIL. Consolidação das Leis do trabalho. 1º de Maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.
- _____. Decreto nº 3.078. 27 de Fevereiro de 1941. Regulamenta o contrato de locação de serviços domésticos.
- _____. Constituição da República. 1988.
- _____. Emenda Constitucional nº 72. 02 de Abril de 2013. Altera a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais.
- _____. Lei nº 3.820 de agosto de 1960.

_____. Lei nº 5.859, de dezembro de 1972.

_____. Lei nº 8.009, de março de 1990.

_____. Lei nº 11.324, de julho de 2006.

BRITES, Jurema. Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores. **Cadernos Pagu**, n. 29. p. 91-109, 2007.

BRONZE, Giovanna. Prefeito de Belém inclui domésticas entre essenciais antes de início de lockdown. **CNN Brasil**, São Paulo, 6 maio 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2020/05/06/prefeito-de-belem-inclui-domesticas-entre-essenciais-antes-de-inicio-de-lockdown>. Acesso em: 20 jun. 2020.

BUENO, Winnie. **Imagens de Controle: um Conceito do Pensamento de Patricia Hill Collins**. São Paulo: Zouk Editora, 2020.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Enclaves Fortificados: a nova segregação urbana. **Novos Estudos Cebrap**, n. 47, 1997.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. 2005. Tese. (Doutorado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade São Paulo - USP. São Paulo, 2005.

COLLINS, Patrícia Hill. Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019a.

COLLINS, Patrícia Hill. Sobre tradução e ativismo intelectual. **Revista Artemis**, vol. 27, n. 1, p. 25-32, 2019b.

CORRÊA, Mariza. A babá de Freud e outras babás. **Cadernos Pagu**, Campinas-SP, n. 29, p. 61-90, 2007.

CRUZ, M. R. **Trabalhadoras domésticas brasileiras: entre continuidades coloniais e resistências**. 2016. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

COSTA, Claudia de Lima; AVILA, Eliana. Glória Anzaldúa, a consciência mestiça e o “feminismo da diferença”. **Revista Estudos Feministas**, v. 13, n. 3, Florianópolis, UFSC, p. 691-703, 2005.

COSTA, Elisângela de Lana. Becos da Memória e do Esquecimento. **SCRIPTA**, Belo Horizonte, v.18, n.35, p. 67-86, 2º semestre, 2014.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. Belo Horizonte: Mazza, 2006.

_____. 2007. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: ALEXANDRE, Marcos Antônio (Org). **Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces**. Belo Horizonte: Mazza, 2007.

FANON, Frantz. **Peles negras, máscaras brancas**. Salvador, Bahia: EDUFBA, 2008.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FURLIN, Neiva. A categoria de experiência na teoria feminista. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 955-972, set./dez. 2012.

GOHN, M. G. Educação não-formal na pedagogia social. In: **1º Congresso Internacional de Pedagogia Social da Universidade de São Paulo**. São Paulo, 2006.

GOLDSTEIN, Donna. The Aesthetics of Domination: Class, Culture, and the Lives of Domestic Workers. In: _____. **Laughter out of place: Race, Class and Sexuality in a Rio Shantytown**. Berkeley: University of California Press, 2003.

GOMES, N. L. G. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Ciências Sociais Hoje**, v. 2, ANPOCS, Brasília, p.223-244, 1983.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas-SP, n. 5, p. 7-41, 2009.

HOOKS, bell. **E eu não sou uma mulher?** São Paulo: Rosa dos Tempos, 2019.

_____. Intelectuais Negras. **Estudos Feministas**, Florianópolis, Ano 3, 2º semestre, 1995, p. 464-478.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios – Síntese dos Indicadores Sociais**. 2016. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv66777.pdf> Acesso em 2 de out. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios – Síntese dos Indicadores Sociais**. 2018. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>> Acesso em 6 de out. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios – Síntese dos Indicadores Sociais**. 2019. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>> Acesso em 6 de out. 2020.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LAVE, Jean. Aprendizagem como/na prática. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 21, n. 44, p. 37-47, jul./dez. 2015.

LEÃO, Ana. L; DANTAS, Dimitrius; MARTINS, Elisa; BRANCO, Leo. Covid-19 é mais letal em regiões de periferia no Brasil. **O Globo**, São Paulo, 4 maio 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/covid-19-mais-letal-em-regioes-de-periferia-no-brasil-1-24407520>. Acesso em: 22 jun. 2020.

MACEDO, Renata Guedes Mourão. **Espelho mágico: empregadas domésticas, consumo e mídia**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MACHADO, M. H. P. T. Mulher, corpo e maternidade. In: SCHWARTZ, Lilia. M.; GOMES, Flávio (Orgs.). **Dicionário da Escravidão e Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. s/p.

MAHMOOD. Saba. Teoria Feminista, agência e sujeito liberatório: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egito. **Etnográfica**, v.10, n.1, Lisboa, 2006.

MARINGOLO, Cátia Cristina Bocaiuva. **Ponciá Vicêncio e Becos da memória de Conceição Evaristo: construindo histórias por meio de retalhos de memória**. 2014. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários). Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Campus de Araraquara), 2014.

MCCLINTOCK, Anne. **Couro Imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial**. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

MELO, Henrique F.; GODOY, Maria C. (Re)tecendo os espaços de ser: sobre a escrevivência de Conceição Evaristo como recurso emancipatório do povo afro-brasileiro. In: Atas do V **Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa**, p. 1285-1304, 2017.

MORI, Natalia; FLEISCHER, Soraya; FIGUEIREDO, Angela; BERNARDINO-COSTA, Joaze; CRUZ, Tânia Cruz (Orgs.). **Tensões e experiências: um retrato das trabalhadoras domésticas de Brasília e Salvador**. Brasília: Centro de Estudos Feministas e Assessoria, 2011.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Convenção 182. **Convenção sobre proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação**. Disponível em: http://www.oitbrasil.org.br/info/download/conv_182.pdf. Acesso em: 2 out. 2020.

OLIVEIRA, Iris V. Escrevivências e limites da identidade na produção de intelectuais negras. **Currículo sem Fronteiras**, v. 17, n. 3, set./dez, p. 633-658. 2017. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol17iss3articles/oliveira.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2020.

OLIVEIRA, Luiz H. S. “Escrevivências”: rastros biográficos em Becos da memória, de Conceição Evaristo. **Terra Roxa e outras terras - Revista de Estudos Literários**, v.17, n. 2, p. 85-94, 2009.

PEREIRA, Ana Claudia J. **Pensamento social e político do movimento de mulheres negras: o lugar de ialodês, orixás e empregadas domésticas em projetos de justiça social**. 2016. 245f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

PIEIDADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo: Nós, 2017.

PINHEIRO, Luana; TOKARSKI, Carolina; VASCONCELOS, Marcia. **Vulnerabilidades das Trabalhadoras Domésticas no Contexto da Pandemia de Covid-19 no Brasil**. Nota Técnica Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). nº 75, jun. 2020.

_____; LIRA, Fernanda; REZENDE, Marcela; FONTOURA, Natália. **Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI**: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD Contínua. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2019.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.) **A Colonialidade do Saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005.

SAFFIOTI, Heleieth Iara B. **Emprego Doméstico e Capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1978.

SILVA, Gislene Alves da. Ateliês autobiográficos: escritoras de Alagoinhas e suas escrevivências. **Grau Zero — Revista de Crítica Cultural**, v.3, n. 1, p. 99-116. 2015.

SOARES, Lissandra V. **Escrevivências sobre mulheres negras acompanhadas pela proteção social básica** – uma perspectiva interseccional. 2017. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional). Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017.

STRATHERN, Marylin. Os limites da autoantropologia. In: _____. **O efeito etnográfico e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

VICTORINO, Shirlei C. Escrevivências: notas sobre a poesia negra-brasileira em voz feminina. **Anais do II Congresso Nacional Africanidades e Brasilidades**, n. 2, p.1-11. 2015.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O Nativo Relativo. **Mana**, Estudos de Antropologia Social, v.8, n. 1, p. 113-148, 2002.